

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE
E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DEPARTAMENTO DE
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIANA RODRIGUES AMARAL DOMICIANO

**LIXÃO DA ESTRUTURAL: A TRAJETÓRIA POLÍTICO-
INSTITUCIONAL DO INÍCIO DE SEU FIM (2010-2018)**

BRASÍLIA – DF
2018

MARIANA RODRIGUES AMARAL DOMICIANO

**LIXÃO DA ESTRUTURAL: A TRAJETÓRIA POLÍTICO-
INSTITUCIONAL DO INÍCIO DE SEU FIM (2010-2018)**

Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Mauro Guilherme
Maidana Capelari

Brasília – DF

2018

Mariana Rodrigues Amaral Domiciano

Lixão da Estrutural: a trajetória político-institucional do início de seu fim (2010-2018)

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a) Mariana Rodrigues Amaral Domiciano.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mauro Guilherme Maidana Capelari (Orientador)

Profa. Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz (Profa. Examinadora)

Brasília, 29 de Junho de 2018.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D1 Domiciano, Mariana Rodrigues Amaral
Lixão da Estrutural: a trajetória político-institucional
do início de seu fim (2010-2018) / Mariana Rodrigues Amaral
Domiciano; orientador Mauro Guilherme Maidana Capelari. --
Brasília, 2018.
74 p.

Monografia (Graduação - Gestão de Políticas Públicas) --
Universidade de Brasília, 2018.

1. Resíduos Sólidos. 2. Lixão da Estrutural. 3.
Implementação de políticas públicas. 4. Centralização,
Descentralização. 5. Participação social. I. Capelari, Mauro
Guilherme Maidana, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Mestre, minha força, razão de tudo. Ele é quem me dá forças, segura na minha mão e me direciona para Seu propósito. Gratidão eterna!

Aos meus amados pais, meus melhores amigos. Eles sempre tornaram tudo melhor e possível. Me deram o primeiro giz e me incentivaram a desenhar, criar, imaginar, dançar, construir meus próprios caminhos, a ser feliz. Graças a seu apoio incondicional, tudo na minha vida foi possível. Lhes devo meu coração!

As minhas queridas irmãs que sempre estiveram presentes na minha vida e me ensinam a ter força, perseverança, união e muita fé.

Ao meu querido Marlus, meu amor, meu companheiro. Sempre está ao meu lado, segurando a minha mão, levantando minha cabeça, me incentivando a ser uma grande mulher. Graças ao seu amor, compreensão, fé, todo o caminhar na vida acadêmica teve sua presença e isso foi fundamental para que tudo acontecesse.

Ao meu amado e querido filho João Gabriel, que trouxe para a minha vida o amor divino, o sentido de tudo. Todos os meus estudos e toda a minha motivação são para ele e o seu lindo futuro!

À família Domiciano, que aceitou todo o processo acadêmico com muito apoio e paciência, assim como as minhas ausências.

Ao Prof. Mauro que aceitou este trabalho com muita paciência, que participou ativamente sobre todo o processo, que esteve sempre disponível, e foi fundamental para a efetivação dos meus conhecimentos nesta área. Sou muito grata!

A Profa. Fernanda que com sua paciência e solicitude pode acolher meus estudos e me direcionar para os estudos futuros.

Aos professores do Departamento de Gestão de Políticas Públicas, incríveis, visionários. Com vocês, todo o conhecimento aprendido foi solidificado da melhor forma possível.

Às secretárias Marcela e Lanne, que tiveram muita paciência e me auxiliaram em muitos momentos decisivos na minha jornada acadêmica.

A Universidade de Brasília que oportunizou um excelente caminho acadêmico, proveitoso, de muitos momentos felizes e de realização de um sonho.

A Paulo Celso dos Reis e Antônio Elvídio cujo apoio para este trabalho foi fundamental e com toda a riqueza de detalhes necessária para as análises.

À todos que participaram direta ou indiretamente, muito obrigado por fazerem parte dessa jornada!

RESUMO

No Distrito Federal, o “Lixão da Estrutural” como é comumente conhecido, esteve ativo por mais de 50 anos sendo considerado por relatórios internacionais um dos maiores lixões a céu aberto do mundo. Partindo desse caso emblemático no país, o trabalho teve como objetivo analisar a trajetória político-institucional do fechamento do “Lixão da Estrutural” entre os anos de 2010 e 2018. O recorte temporal adotou o período posterior a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010) como marco inicial e o ano de 2018, período de encerramento das atividades no local, como marco final. Foi realizada análise comparativa na gestão dos governos Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg no que tange as seguintes categorias de análise: Plano de Intervenção do Aterro do Jóquei (2011 e 2015) e Catadores no Lixão da Estrutural. A metodologia foi constituída a partir de abordagem qualitativa, utilizando-se da estratégia descritiva e exploratória. Foram utilizadas técnicas de coleta de dados que abrangeu a coleta documental secundária por meio de relatórios, planos de governos e documentos oficiais. Houve, em adição, a realização de três entrevistas semiestruturadas com profissionais diretamente envolvidos com o caso. Os resultados demonstraram que apesar de terem semelhanças em seus escopos, as políticas executadas pelos dois governos seguiram formas diferenciadas de implementação, havendo características do modelo *Bottom Up* e descentralizado durante o governo de Agnelo Queiroz e similaridade ao modelo *Top Down* e centralizado durante a gestão de Rodrigo Rollemberg. Em relação aos catadores, as ações implementadas nos dois governos demonstraram a existência de visibilidade da categoria, ainda que não tenha ficado clara a forma de participação desses atores locais na implementação da política. Sugerimos, nas considerações finais, que a trajetória político-institucional do fechamento do lixão auxilia na compreensão dos elementos envolvidos na implementação, além de apontar arestas que precisariam ser resolvidas antes mesmo do encerramento da política, o que não ocorreu. A participação baixa adicionada de recorrentes reclamações dos catadores demonstraram que o fechamento do lixão seguiu por caminhos gerenciais e em menor escala por vias inclusivas.

Palavras – chave: Resíduos Sólidos. Lixão da Estrutural. Implementação de Políticas.

ABSTRACT

In the Federal District, the "Structural Dumping Ground", as it is commonly known, has been active for more than 50 years and is considered by international reports as one of the largest open pit dumps in the world. The objective of this study was to analyze the political-institutional trajectory of the closure of the "Structural Landfill" between 2010 and 2018.) The temporal cut adopted the period after the promulgation of the National Solid Waste Policy (12,305/ 2010) as the initial milestone and the year 2018, the period of closure of the on-site activities, as the final framework. A comparative analysis was carried out in the management of the Agnelo Queiroz and Rodrigo Rollemberg governments regarding the following categories of analysis: Jockey Landfill Intervention Plan (2011 and 2015) and Waste Pickers in the Structural Landfill.) The methodology was constituted from a qualitative approach, using the descriptive and exploratory strategy. Data collection techniques were used that covered the secondary documentary collection through reports, government plans and official documents. There were, in addition, three semi-structured interviews with professionals directly involved with the case. The results showed that, despite having similarities in their scopes, the policies implemented by the two governments followed different forms of implementation, with characteristics of the Botton Up model and decentralized during the Agnelo Queiroz administration and similarity to the Top Down model and centralized during the management of Rodrigo Rollemberg. Regarding the scavengers, the actions implemented in the two governments demonstrated the existence of visibility of the category, although the form of participation of these local actors in the implementation of the policy was not clear. We suggest, in the final considerations, that the political-institutional trajectory of the closure of the dump assists in the understanding of the elements involved in the implementation, besides pointing out edges that would need to be solved even before the closure of the policy, which did not occur. The low participation added by recurring complaints from the collectors showed that the closure of the garbage dump followed by managerial paths and to a lesser extent by inclusive routes.

Keywords: Solid waste. Structural dumping ground. Implementation of policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Contextualização	8
1.2	Formulação do problema de pesquisa	9
1.3	Objetivo geral.....	9
1.4	Objetivos específicos.....	9
1.5	Justificativa	10
2	HISTÓRIA DOS RESÍDUOS	11
2.1	O lixão da Estrutural.....	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1	Implementação de políticas públicas	16
3.1.1	Modelos de implementação: entre a centralização e a descentralização burocrática	17
3.1.2	Participação em políticas públicas: Abordagem inicial da relação entre estado e sociedade.....	20
4	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	23
4.1	Caracterização geral da pesquisa	23
4.2	Métodos de coleta de dados de campo	23
4.3	Métodos de análise de dados de campo	25
4.4	Limites da pesquisa	26
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	27
5.1	Planos de intervenção do aterro do Jóquei (2011 e 2015): Entre descentralização e centralização	27
5.2	Catadores do lixão da estrutural: Estratégias de inclusão ou exclusão de tomada de decisão?.....	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
	ANEXOS	72
	Anexo 1 — Mapa de risco de contaminação.....	72
	Anexo 2 — Plano de Intervenção.....	73

1 INTRODUÇÃO

A introdução do presente trabalho irá abordar cinco pontos. Todos os pontos colaborarão para a apresentação e definição do objeto, da pergunta de pesquisa, dos objetivos gerais e específicos assim como as justificativas que explicam a importância pelo qual o trabalho foi desenhado e desenvolvido.

1.1 Contextualização

Em Brasília, o funcionamento do Lixão da Estrutural ou Aterro do Jóquei sempre foi um assunto com muitos pontos divergentes ao longo período que esteve ativo. Isso, pois ao mesmo tempo que era necessário a capital federal e aos seus moradores por proporcionar um local de descarte do lixo, produzia e reproduzia trabalhos insalubres e fora dos parâmetros da legalidade além de contaminar e poluir grande extensão de terra e alguns lençóis freáticos da região.

O Lixão da Estrutural, como assim o conhecemos, também continuamente trazia não apenas aos governos, mas também à sociedade, o difícil assunto de seu fechamento e transferência de suas funções a um Aterro Sanitário. No que pese alguns movimentos de gestão de resíduos – I Plano Diretor de Limpeza Urbano em 1971 e o decreto n. 8522/1985 que definia áreas de destinação sanitária de lixo em Brasília – o fato é que pouco foi concretizado e avançou ao longo dos quase 60 anos de Brasília.

Entretanto, a história se inverte após a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010). A referida legislação trouxe para âmbito nacional a questão do ciclo dos resíduos sólidos, tratamento, e disposição de cada ente federativo em tratar do assunto de forma articulada entre as esferas do governo para um novo modelo de gestão dos resíduos sólidos. Com a referida Lei, o Distrito Federal precisou agir dentro de novas prioridades para ficar em conformidade com as exigências apresentadas. Isso fez com que os governos sucessivos no Distrito Federal, especialmente Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg, tivessem que trabalhar para que a nova lei fosse cumprida, demandando normatizações e decretos distritais e toda uma estrutura, processos e burocratas que atendessem as

reivindicações descritas no aparato jurídico/legal. Está exatamente nesse encadeamento histórico o objeto do trabalho.

1.2 Formulação do problema de pesquisa

A partir da contextualização apresentada anteriormente, o trabalho pretende responder a seguinte questão: qual foi a trajetória político-institucional que se apresentou no Distrito Federal para o fechamento do “Lixão da Estrutural” após a implementação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010)?

1.3 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é analisar a trajetória político-institucional que se apresentou no Distrito Federal para o fechamento do “Lixão da Estrutural” após a implementação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos datada de 2010. A ideia é demarcar elementos históricos que contribuíram para o fechamento do lixão e analisá-los a partir de uma abordagem político-institucional que se estendeu até 2018, com o início do encerramento das atividades no lixão.

1.4 Objetivos específicos

- Demarcar eventos relevantes da trajetória do fechamento do “Lixão da Estrutural” no pós-2010;
- Realizar análise político-institucional desses eventos, enfatizando a comparação entre as características de gestão dos governadores Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg no que tange aos elementos de centralização/descentralização e participação;
- Sintetizar os elementos político-institucionais que contribuíram para o encerramento do “Lixão da Estrutural” na tentativa de sugerir arranjos institucionais e modelos de gestão capazes de gerar respostas eficientes à problemas públicos.

1.5 Justificativa

Um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor. Assim, o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para uma realidade pública. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade). (SECCHI, 2013).

Porém, somente uma pequena proporção dos problemas constantes na agenda sistêmica ou informal é levada a sério pelo governo como problemas públicos. Somente no momento em que o governo aceitou que se precisa fazer algo a respeito de um problema é que se pode dizer que essa questão passou a integrar a agenda institucional. (HOWLETT, 2013).

A implementação é um processo de diversos estágios que compreende diversas decisões para a execução de uma decisão básica. A implementação, portanto, compreende o conjunto dos eventos e atividades que acontecem após a definição de diretrizes de uma política, que incluem tanto o esforço para administrá-la, como seus substantivos impactos sobre pessoas e eventos. (RUA, 2009).

O entendimento da situação do Lixão da Estrutural como um problema público se torna relevante para compreender como esse assunto passou a integrar a agenda política e institucional e também, como a questão foi tratada no processo de implementação das políticas públicas de execução do fechamento do Lixão.

Assim, o estudo do fechamento do lixão da estrutural se justifica pela sua relevância local enquanto problema público, mas, e especialmente, por buscar compreender como o tema foi tratado e sedimentado dentro dos governos estaduais e como a análise político-institucional de sua trajetória colaborou para o resultado final de seu fechamento. Ainda que o problema público relacionado ao Lixão esteja mais vivo do que nunca, o estudo das alternativas implementadas parece trazer algumas respostas de como o Estado buscou dirimir tal questão e por meio de quais caminhos político-institucionais.

2 HISTÓRIA DOS RESÍDUOS

No Brasil há dificuldades para se estabelecer um panorama amplo e sistemático da questão da limpeza urbana. Trata-se de um país continental que se desenvolveu de forma muito desigual. Suas cidades guardam até hoje profundas diferenças regionais, culturais e de renda. Por outro lado, poucas se dedicaram à memória da limpeza urbana (EIGENHEER, 2009).

Em linhas gerais, em 1967, a Lei Federal n. 5.318/1967 instituiu a Política Nacional de Saneamento e criou o Conselho Nacional de Saneamento. Esta Política abrangeu o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas que alinhava as ações governamentais para o campo do saneamento. Abrangeu o saneamento básico (sendo entendido como o conjunto de ações de abastecimento de água, fluoretação desta e destinação de dejetos), esgotos pluviais, controle de inundações e erosão, até controle de poluição ambiental, que inclui o lixo, mas, sem erigir a uma orientação mais específica e complexa com os determinantes para cada tipo de lixo e resíduos, assim como setores responsáveis pelas etapas e responsabilidades.

Segundo Dubois (1999), “as políticas públicas para o setor de saneamento foram implementadas em 1971 a partir de Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, criado pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Um dos objetivos permanentes era a eliminação do déficit do setor do saneamento na esfera federal através da programação adequada...”. As programações do PLANASA tinham água, esgoto, drenagem, e num futuro a remoção dos resíduos sólidos, como áreas destinadas ao estabelecimento de infraestrutura apropriada ao campo de saneamento (DUBOIS, apud PIRES, 1979).

Já em 1981, a Lei no. 6938/1981 que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constituindo o Sistema Nacional de Meio Ambiente, assim escrito no texto base, foi a primeira em âmbito nacional a tratar especificamente do meio ambiente e atividades correlatas à sua preservação. Ou seja, trouxe os princípios das ações governamentais que ofereçam suporte à preservação e equilíbrio do meio ambiente, protegendo, e compatibilizando ao desenvolvimento econômico social. Mostra a questão da poluição e danos causadores de desequilíbrio ao meio ambiente, e primeiras noções sobre manejo de resíduos sólidos. Cria o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), assim como o cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de

defesa ambiental. Ainda, o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) criado também pela Lei n. 6938/1981 é a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil, e é formado pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil.

A partir de 2010, com a Lei no. 12.305/2010, foi introduzida a âmbito federal a Política Nacional de Resíduos Sólidos que traz o marco sobre resíduos em todas as suas áreas e especificações, determinando os cuidados e envolvendo todos os entes federativos, trazendo consigo a articulação nacional entre órgãos e atores responsáveis. Na Lei n. 12.305/2010, seus objetivos e instrumentos são integrados à gestão compartilhada de atividades e gerenciamento de suas ações e processos pelo Governo Federal em articulação com Estados, Distrito Federal, Municípios, ou também particulares. Também é a primeira Lei federal a tratar de forma ampla o assunto sobre os resíduos sólidos. A Lei invoca e denomina conceitos para os termos que alocam cada tipo de atividade e setores responsáveis de cada nicho dos instrumentos da legislação, o que torna claro o papel de cada agente e suas responsabilidades. Abriu-se a necessidade de especificar cada plano individualizado, para que Estados, Municípios e Distrito Federal possam receber recursos e fomento da União para executar as atividades relativas à implementação das ações.

No Distrito Federal, em 1961, foi criado o Sistema de Limpeza Urbana (SLU) através do decreto 76, mas ainda com a denominação SLP (Serviço de Limpeza Pública). Esse decreto cria no Departamento das companhias subsidiárias, o serviço de Limpeza Pública. Segundo ainda o próprio SLU (Sistema de Limpeza Urbana), devido a migração de pessoas de outros estados a produção de resíduos sólidos foi aumentando progressivamente, crescendo à altas taxas antes não previstas.

Na própria linha do tempo mostrado pelo site do SLU, várias ações foram realizadas pela SLP nesse período que marca entre os anos de 1961 a 1965 tais como a criação de setores de limpeza de vias públicas, coleta domiciliar de Lixo, apreensão de animais. Ainda segundo SOBRAL(1972):

Através do decreto no. 415/1965, o então Prefeito do Distrito Federal Plínio Reis de Catanhede Almeida estabeleceu a estrutura e definiu a competência básica dos órgãos da Secretaria de Serviços Públicos, conferindo ao SLU especialmente: Dar orientação normativa e exercer controle técnico sobre os órgãos de natureza local quanto à coleta de lixo e

à manutenção de equipamentos especializados; supervisionar e controlar as atividades de destinação do lixo coletado, através de usinas de incineração ou tratamento dos vazadouros.

Dentre várias ações como decretos e leis constantes e pertencentes às normas e regulamentos em vigor à época que determinavam as características de ação de SLU, assim como as formas sistemáticas de prestação de serviços pelo órgãos dentro do histórico acima, em 1972 a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) criada a partir da Lei Federal no. 4545/1964, entrando em atividade em 1966 e o Serviço Autônomo de Limpeza Urbano (SLU) em parceria com o governo do Distrito Federal, desenvolveram estudos técnicos e econômicos sobre o saneamento básico, constituindo a elaboração do I Plano Diretor de Limpeza Urbano em 1971, que foi construído a partir de uma série de diagnósticos realizados a partir da síntese de problemas constatados, tais como a carências de varredoras mecânicas, inexistência nas cidades satélites e a norte do Plano Piloto de caixas subterrâneas para confinamento do lixo de varrição; insuficiência de equipamentos, assim como a coleta indiscriminada e destino inadequado do lixo proveniente de hospitais, laboratórios, casas de saúde. Ausência de cadastro de edificações e arruamento do SLU, modificações administrativas do SLU, legislação específica ineficaz, utilização de utensílios e ferramentas impróprios usados em varrição manual, e entre outros inadequados métodos de transporte de pessoal em carroceria de caminhões e deficiente sistema de apuração de dados estatísticos das atividades do órgão (SOBRAL, 1972). Este Plano Diretor norteou o Serviço autônomo de limpeza urbana do Distrito Federal na execução de seus projetos e serviços, de modo a acompanhar a evolução do problema lixo (AMORIM, 1996).

2.1 O lixão da Estrutural

O lixão do Jóquei ou mais conhecido como Lixão da Estrutural, está localizado em uma área que se situa entre o Parque Nacional de Brasília e é cercado pela hoje pela Vila Estrutural, bairro da região administrativa do SCIA (Setor Complementar de Indústria e abastecimento) em Brasília. Seu funcionamento começou há mais de 50 anos, junto com a construção da nova cidade de Brasília. Com uma área que segundo o SLU conta com o tamanho de 174 hectares, recebia

todo o lixo do Distrito Federal, chegando a aproximadamente 3.000 toneladas por dia de resíduos sólidos urbanos, exceto os resíduos de serviços de saúde e eletroeletrônicos (DITEC – SLU).

Essa região que desde a década de 1960 recebia o lixo do Distrito Federal, ainda conta com os moradores que moram às margens do Lixão, aonde grande parte deles veio a morar por conta de seu trabalho como catadores. Além disso, outras pessoas vieram a morar nessa região como invasores que nada tem a ver com o trabalho dos catadores, sendo que a partir de a década de 1990 no qual houve grande parte da construção dos barracos, foi também época de começo do maior crescimento desordenado de moradias na região. A partir de 2012 com o Decreto no. 33.871/2012, houve a legalização da Cidade Estrutural possibilitando para os moradores o acesso à infraestrutura necessária e básica.

Pode-se apontar além de suas características principais problemas que estão relacionados ao uso da área pelo descarte irregular de lixo no solo: contaminação dos lençóis freáticos pelo chorume assim como o risco de contaminação às bacias (anexo 1) localizadas próximas à área, risco à área de preservação ambiental do Parque Nacional de Brasília, segundo a ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal). Não se pode esquecer do perigo à saúde dos catadores que trabalham no Lixão, assim como acidentes graves e até mortes que cresceram durante os últimos anos segundo relatórios fornecidos pelo SLU.

Considerado como o maior aterro da América Latina, o Lixão da Estrutural que funcionou por mais de 50 anos, foi tido como um dos maiores problemas que o Distrito Federal enfrentou. Isso se deve a vários fatores como a desumana condição de vida e trabalho das pessoas que sobreviviam a partir do despejo do lixo. Os catadores que vivem também na cidade que surgiu em volta do lixão, na cidade Estrutural, sempre estiveram à margem de condições dignas no trabalho que exercem de separação de recicláveis, além dos perigos que estavam expostos devido ao ambiente insalubre que facilitam o desenvolvimento de doenças. A cidade Estrutural também abriga um dos piores índices de desenvolvimento humano no Distrito Federal e condições ruins de infraestrutura e desenvolvimento.

Há também os fatores ambientais que são um dos maiores reflexos negativos que o Lixão da Estrutural trouxe nas últimas décadas como a contaminação de nascentes próximas devido à produção de chorume que é inevitável em grandes

lixões; proximidade alta em relação à área de proteção ambiental do Parque Nacional de Brasília, que ameaça a fauna e a flora e existe grande risco de contaminação do rio Melchior que passa por dentro do Parque Nacional.

Ainda, deve-se considerar os grandes montantes de multas que o SLU tem recebido ao longo dos últimos anos devido ao funcionamento do Lixão da Estrutural. Existe ordens judiciais que determinavam que o Lixão fosse desativado o quanto antes, e isso trouxe a responsabilização do SLU pelo seu fechamento. Como houveram governos e administrações passadas em que o tema não fez parte da agenda política, pouco se falou da problemática, fazendo permanecer a questão por muito tempo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do trabalho será desenvolvido com a discussão sobre implementação de políticas públicas.

3.1 Implementação de políticas públicas

A implementação de uma política pública ocorre fruto de etapas anteriores como montagem de agenda política, formulação de políticas, tomada de decisão. A partir das fases anteriores, em geral, é possível definir todas as etapas de construção do conjunto necessários de estratégias e ações determinantes para que a política construída seja executada. Há a necessidade, no estágio de implementação, de se constituir o conjugado de fatores que propiciem a execução de tarefas que construídas em conjunto deem vida ao projeto/programa/política (SECCHI, 2013).

É exatamente na execução das atividades formuladas, ou seja, na implementação da política de fechamento do Lixão da Estrutural, que o trabalho buscará responder à pergunta de pesquisa: qual foi a trajetória político-institucional que se apresentou no Distrito Federal para o fechamento do “Lixão da Estrutural” após a implementação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010)? Há que considerar, entretanto, que a trajetória político-institucional não se assenta exclusivamente na implementação, mesmo porque os estágios do ciclo de políticas não são estáticos, mas dinâmicos. Assim, embora tratemos da implementação como forma didática de desenvolvimento do trabalho, é possível estarmos adentrando em elementos e conceitos de outros estágios.

Por trajetória político-institucional estamos entendendo os caminhos percorridos entre os anos de 2010 e 2018, no âmbito do governo do Distrito Federal, que facilitaram a implementação das duas categorias demarcadas para o trabalho (Planos de Intervenção do Aterro do Jóquei (2011 e 2015) e Catadores do Lixão da Estrutural). A ideia de político-institucional é entender o modelo de implementação ou tratamento de cada uma dessas categorias a partir da forma de gestão que foi consolidada no período em análise. A ideia de político é mostrar que a gestão

pública não se realiza de forma separada da política, conforme previa WILSON (1946).

Em Howlett (2013), para que a política funcione é necessário se alocar fundos, designar pessoas e desenvolver regras de como proceder. Ainda cita que a implementação muitas vezes, depende de servidores públicos e funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias, assim como não atores governamentais que fazem parte do subsistema político administrativo, que podem participar nas atividades de implementação.

Nesse sentido, o trabalho focará na forma de gestão dos processos e mecanismos de implementação a partir da análise de elementos políticos-institucionais que serão tratados pelo: modelo de tomada de decisão centralizado ou descentralizado e grau de participação da sociedade civil e atores envolvidos no fechamento do Lixão da Estrutural.

3.1.1 Modelos de implementação: entre a centralização e a descentralização burocrática

Nos estudos do processo de implementação, existem modelos de implementação de políticas públicas que versam, especialmente, sobre a centralização e a descentralização na tomada de decisão.

O **modelo top-down (de cima para baixo)**: se caracteriza por executar ações decorrentes de decisão tomadas pelos políticos, e que depois, são passadas para seus implementadores ou à administração. Fazem parte de uma visão onde as políticas são definidas e decididas pela classe política e que a implementação é mero esforço administrativo centralizado; também é visualizado como estratégia da classe política de transferir as responsabilidades de implementação aos administradores, gerando grande responsabilidade à administração para problemas decorrentes, gerando a responsabilização à estes agentes por eventuais falhas (Sabatier 1986 apud Secchi, 2013). Para Rua (2013) esse modelo também é conhecido como modelo de “implementação programada”, que é iniciada a partir de decisão do governo central que define entre os objetivos das políticas públicas, os meios que serão acionados em diversos níveis da administração pública a fim de atingir resultados pretendidos.

Em Sabatier & Mazmanian (1980 apud Rua 2013) haveriam seis condições básicas para que o processo de implementação seja realizado com sucesso:

1. A legislação deverá ser clara e objetiva;
2. A legislação deve correlacionar fatores que afetem os objetivos da política pública e proporcione aos atores que participarão da implementação jurisdição necessária para que alcancem os objetivos;
3. A lei também deve proporcionar em seu processo meios que garantam que os agentes e o público alvo tenham desempenho desejado e possam ser alçados com recursos financeiros suficientes, apoio em regras decisórias, e acesso às autoridades que fazem parte da política pública;
4. Os líderes da agência implementadora devem ter habilidades gerenciais e estarem comprometidos com os objetivos da política pública;
5. A Política pública deve ser apoiada por grupos organizados da sociedade e políticos “chaves” durante sua implementação;
6. Mesmo com o passar do tempo e que hajam outras prioridades, sejam por mudanças sociais, econômicas, a prioridade dos objetivos não deve ser minimizada.

O modelo *bottom-up* (de baixo para cima): entende que os burocratas e rede de atores podem se auto organizar e modelarem a implementação de políticas públicas, havendo certa descentralização por parte de gestores, visando a prospecção de soluções durante a implementação pois estes se deparam com problemas práticos do processo (Sabatier 1986 apud Secchi, 2013). Para Rua (2013) esse modelo condiz que sua implementação resulta das ações de uma rede de atores de uma determinada área que realizam ações para solucionar problemas cotidianos. Assim, ao passar do tempo e com efeitos positivos, essas ações passam a institucionalizar-se gradualmente, encaminhando-se para a estrutura hierárquica mais alta, e percebida sua importância, podem se transformar em uma política pública. Com isso, os “burocratas de rua” seriam os principais agentes na entrega dos produtos de uma política pública.

O Modelo Híbrido: são considerados aqueles que provém de estudos que se iniciaram após a década de 1980 com o intuito de estudar além das lacunas existentes entre os dois modelos anteriores. Segundo Rua (2013), as teorias híbridas concebem o processo de implementação como um processo que é único e

não definível, pois seus resultados estarão em aberto antes de uma avaliação da política e também, não admite o ciclo de políticas públicas como a sequência de fases bem uniformes e estruturadas como modelo. O modelo misto apresenta tanto tendências de centralização como de descentralização, mas acima de tudo foca na interação entre os atores envolvidos no processo de implementação. Conflitos, resolução de conflitos, quantidade de atores, estrutura aberta e resolução participativa e interativa são elementos que ajudam a construir e entender o modelo misto.

O quadro que segue, ajuda a sistematizar as características dos modelos de implementação:

Quadro 1. Características dos modelos de implementação de políticas públicas

CARACTERÍSTICAS	TOP - DOWN	BOTTOM – UP	MODELO MISTO
Estratégia de Pesquisa	Parte das decisões políticas para a execução administrativa	Parte dos burocratas individuais para as redes administrativas.	Parte das interações entre agentes, ao qual a discricão comportamental influencia a implementação; Varia de acordo com a relação agente – principal; Atores sociais e agentes públicos atuam com seus recursos de poder como força política, recursos financeiros, entre outros; Concepção sistêmica que influenciam os fluxos que se retroalimentam e requer o conhecimento sobre atores, instituições e indivíduos e como percebem/ políticas afetam seus interesses;
Objetivo da Análise	Fazer previsões e oferecer recomendações políticas	Descrever e explicar a implementação	Analisar como a não sistematização dos fluxos podem explicar a dinamicidade e complexidades dos processos.
Modelo de Processo Político	Composto por estágios ou fases em um ciclo	Não há estágios diferenciados; há uma fusão dos diversos momentos.	As etapas se permeiam assim como as relações entre agentes políticos, burocracia e sociedade.
Caráter do Processo de Implementação	Direção hierárquica	Resolução de problemas descentralizada.	Integração entre processos conforme se afetam mutuamente.
Modelo de Democracia Subjacente	Elitista	Participativa	Elitista/Participativa

Fonte: Adaptado RUA et al. (2013).

São essas características gerais que representam os modelos de implementação de políticas públicas e que colaborarão para o desenvolvimento do trabalho.

3.1.2 Participação em políticas públicas: Abordagem inicial da relação entre estado e sociedade

Este capítulo abordará brevemente o ponto de participação social na implementação das políticas públicas.

Em Pateman (1992), “Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação” pois “toda a teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões”. Ainda, Pateman (1992) cita que em Rousseau a “participação acontece na tomada de decisões” assim como um “modo de proteger interesses privados, de assegurar um bom governo”, e ainda, há “estreita ligação entre participação e controle”.

Em Dagnino (2002), após o fim de período da ditadura no Brasil e com a volta da

vigência das instituições democráticas formais básicas (eleições, livre organização político partidária, liberdade de imprensa, etc.), o avanço do processo de construção democrática contribuiu para explicitar os diferentes projetos políticos que se definiam, expressando visões diferenciadas inclusive quanto aos rumos desse processo, tornando assim mais clara a própria heterogeneidade da sociedade civil.

Ainda, a autora acrescenta que com a falta incisiva em questões sociais por parte do Estado, ampliou-se a percepção sobre a necessidade de “aprofundar o controle do Estado por parte da sociedade”.

Assim, o processo de participação da sociedade civil em ações das políticas públicas no Brasil foi sendo construído a partir da década de 1970 quando houve o Movimento de Reforma Sanitária “que congregou movimentos sociais, intelectuais e partidos de esquerda na luta contra a ditadura com vistas à mudança do modelo “médico assistencial privatista” (Mendes, 1994 apud Neves, 2010) para um sistema nacional de saúde universal, público, participativo, descentralizado e de qualidade”. Conforme Nogueira (2004) houve um crescente processo de insatisfação social devido à “má qualidade efetiva de alguns serviços públicos”.

Para Neves (2010), o conceito de controle social foi usado na década de 1980 no período de democratização da sociedade no sentido de fortalecer a chamada sociedade civil. Tal conceito é utilizado para se contrapor ao Estado centralizador, às

práticas autoritárias, clientelistas e populistas entre outras, dicotomizando o conceito de sociedade civil e Estado”.

Porém, segundo Dagnino (2004)

grande parte dos espaços abertos à participação de setores da sociedade civil na discussão e na formulação das políticas públicas com respeito a essas questões, estes se defrontam com situações nas quais o que se espera deles é muito mais assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e a execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas. ... o significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão.

Sugere-se assim, que após o processo de democratização, a participação social está relacionada principalmente ao controle social na gestão das políticas. Segundo Cunha (2003), o controle social conquistado pela sociedade civil deve ser entendido como instrumento e expressão da democracia. A gestão das políticas públicas associada ao controle social traz ao termo Participação a importância que sociedade possui em relação ao direcionamento das ações do Estado. Isso porque a participação social na gestão, independente da fase que determinada política esteja, confere a transparência, a legalidade assim como a publicização aliado aos espaços públicos construídos ao longo dos anos, como cita Dagnino (2002) a exemplo dos conselhos, fóruns, câmaras setoriais, orçamentos participativos, dentre tantos outros, que são espaços de ampliação e democratização da gestão estatal.

Nogueira (2004) considera que a “participação propriamente política, porém, realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização social em seu conjunto, ou seja, o Estado”. E que “por intermédio da participação política, indivíduos e grupos interferem para fazer com que diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado”.

Assim, considerando que a participação é um instrumento fundamental para que o processo de gestão de políticas públicas tenha eficiência no alcance de seus objetivos Estado/Sociedade, para Ciconello (2008), “Os espaços de concertação entre governo e sociedade, particularmente as conferências e os conselhos, apresentam as seguintes vantagens: contribuem para aproximar o poder público dos cidadãos/ãs e para o enfraquecimento das redes de clientelismo, trazendo alianças e conflitos de interesses para esferas públicas de decisão; permitem maior

grau de acerto no processo de tomada de decisões; ajudam na identificação de problemas e na construção de alternativas de ação; aumentam a transparência administrativa e pressionam os governos por resultados”.

Já para Nogueira (2004), com a participação, a “gestão é obrigada a auto reconfigurar, a se desenhar de outro modo, a formar novos recursos humanos diferentes bem como organizações diferentes”. Isso porque o autor aponta que o gestor passa a interagir com o cidadão; há processos de negociação constante; fomentam-se parcerias entre organizações públicas e as de sociedade civil. Também as atividades são realizadas procurando produzir resultados ligados a mudanças sociais, saindo da zona formalista e burocrática. Outros pontos importantes apontados por Nogueira (2004) como a “modernização” do aparato administrativo no sentido de atribuir-lhe “complementos culturais, técnicos e administrativos adequados”, buscando alcançar sua meta de “aparato burocrático ágil e flexível, capaz de produzir inovação organizacional, e gerencial constante, planejar democrática e estrategicamente, atuar de modo descentralizado e estimular a cooperação”, assim como “critérios inteligentes de flexibilidade, eficiência e agilidade”.

Por fim, ainda em Nogueira (2004), “A gestão participativa dedica-se a inventar novas formas de tomada de decisões e de gerenciamento público”. Com isso, ele expõe que esse novo modelo requer rápidas ações e respostas para necessidades surgidas, demonstrando flexibilidade e criatividade diante o rompimento com o antigo modelo burocrático, ao qual “planejamento tradicional” está ultrapassado.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Este capítulo descreve o tipo de pesquisa desenvolvido para o trabalho e os procedimentos do método de coleta e análise de dados.

4.1 Caracterização geral da pesquisa

A pesquisa lançou mão da abordagem qualitativa. Para Gerhardt (2009), as características da pesquisa qualitativa são a objetivação do fenômeno, ações de descrever, explicar, compreender, assim como seu caráter interativo entre os objetivos buscados por seus investigadores.

O tipo de pesquisa utilizado foi descritivo exploratório. Baseado em Gil (2007), a pesquisa descritiva levanta informações sobre determinadas situações, de forma a propor a visualização de uma totalidade. Também em Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com o objetivo de torna-lo mais explícito ou também, para construir hipóteses, sendo que faz parte desse tipo de pesquisa o levantamento bibliográfico e entrevistas.

Devido às características do trabalho, portanto, parece ser adequado classifica-lo como descritivo assim como exploratório.

Também é adequado classificar o trabalho como um estudo de caso, pois de acordo com Merriam (1988, apud Silva e Godoi, 2006) “se refere ao estudo de caso qualitativo como a descrição (holística e intensiva) de um fenômeno bem delimitado”. No caso desse trabalho o fenômeno delimitado e em estudo é o Lixão da Estrutural.

4.2 Métodos de coleta de dados de campo

A coleta de dados do trabalho se desenvolveu por meio de duas técnicas: a coleta documental, caracterizada por dados secundários, e entrevistas semiestruturadas, realizada a partir da coleta de dados primários. A coleta de dados documentais levantou as seguintes informações:

- Plano de Intervenção Técnico Político de Resíduos Sólidos de 2011;

- Relatório de crise do Lixão do Jóquei;
- Relatório de Plano de Intervenção no Lixão do Jóquei;
- Relatório de Análise da Situação atual do Lixão da Estrutural;
- Revisão EAI/RIMA e avaliação socioambiental – Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Brasília Sustentável II;
- Plano Distrital de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Audiência Pública Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal: Desafios do PLANSAB Leis 11.445/2007 e 12.305/2010 – ABES;
- A Nova Política de Gestão de Resíduos no Distrito Federal;
- Contaminação do Lençol Freático sob a área do Aterro do Jóquei, Distrito Federal;
- Atualização do estudo do marco legal sobre resíduos sólidos em vigor no Distrito Federal – Produto 1 consultoria Contrato nº SA-1756/2015;

Em complementos, o trabalho desenvolveu três entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2001). Essas entrevistas foram realizadas com profissionais do Distrito Federal que estavam envolvidos diretamente com o caso estudado. O primeiro entrevistado e sua relevância no processo de fechamento do lixão da estrutural foi verificada nos documentos secundários levantados. As outras duas pessoas entrevistadas foram sugeridas pelo primeiro entrevistado caracterizando, assim, a técnica bola de neve. Tentou-se, em complemento, atender a técnica de saturação em pesquisas qualitativas, mas a quantidade de entrevistados foi delimitada pelo tempo escasso da pesquisa e não pela saturação do conteúdo das entrevistas. De toda forma, os entrevistados escolhidos compartilharam a característica de possuírem expertise no caso e uma posição de importância na hierarquia responsável por encerrar as atividades do Lixão. Estão entre os entrevistados:

- Entrevistado A: representante da Assessoria de Gestão Ambiental do Serviço de Limpeza Urbana (SLU). Entrevista realizada no dia 13/06/2017;
- Entrevistado B: diretor técnico do SLU. Entrevista realizada no dia 03/11/2017;

- Entrevistado C: diretor de fomentos e parcerias da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Entrevista realizada no dia 16/11/2017.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas antes de serem analisadas. As entrevistas também serviram para julgamento/avaliação das categorias de análise construídas a partir do levantamento documental.

4.3 Métodos de análise de dados de campo

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada na interpretação dos dados e na construção de categorias. Para Guerra (2014), “A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos”.

Assim, utilizou-se nesse momento tanto os levantamentos documentais realizados quanto as entrevistas produzidas. Toda essa memória de material foi fundamental para análise do cenário existente e mapeamento das ações efetivas decorrentes das atividades políticas-institucionais. Nessa fase, foram enumeradas duas categorias consideradas marcos importantes na construção da trajetória do fechamento do Lixão. Essas categorias foram confirmadas e reiteradas pelos entrevistados. Foram elas:

1. Planos de Intervenção do Aterro do Jóquei (2011 e 2015)
2. Catadores do Lixão da Estrutural

Por isso, ao se passar para a fase de exploração do material, já se permitia perceber as tendências e aspectos que foram mais importantes e de maior valor na implementação político-institucional dos objetivos do caso, dentro de um espaço tempo entre dois governos de épocas diferentes.

4.4 Limites da pesquisa

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, alguns pontos pareceram limitar o alcance dos resultados que a pesquisa poderia gerar. Dentre eles estão os limites quanto ao:

1. Tipo: segundo Vieira (2002) “Como o nome sugere, a pesquisa exploratória procura explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão”. Com isso, o trabalho não possui a investigação sobre as causas do não fechamento do Lixão da Estrutural anteriores aos dois últimos governos, pois a política de fechamento só ocorreu nos dois últimos governos. Antes disso, não houveram políticas exclusivas para este fim. A característica exploratória do trabalho procura a compreensão da situação através das entrevistas e dados obtidos de relatórios e estudos. Contudo, como as entrevistas foram feitas com atores da gestão atual do governo isso pode prejudicar a análise da situação da política dentro da gestão do governo anterior liderada pelo ex-governador Agnelo Queiroz.
2. Objeto: o fechamento do Lixão da Estrutural foi definido como estudo de caso no trabalho. Contudo, em Flick (2004 apud Silva e Godoi 2006) “adverte que sempre que se parte de um caso único que deve ser examinado em profundidade, de forma consistente, antes que se empreendam análises comparativas”. Neste trabalho, pode haver a limitação com análises comparativas em relação a outros lixões, pois só é tratado o Lixão da Estrutural para a análise de implementação da sua política de fechamento.
3. Atores: apesar de ter havido entrevistas a atores chave no processo da implementação da política, não se pode descartar a participação de outros atores no trabalho dentro do Governo. Porém, embora ao longo do período de desenvolvimento do trabalho, formalmente houve este número restrito de participantes da pesquisa devido à burocracia e a não resposta por parte das secretarias e órgãos solicitados para entrevistas. Isso também é um fator que pode ser considerado como uma restrição à análise da opinião a partir do ângulo das pessoas que estão à frente da política.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para atender ao objetivo da pesquisa que foi analisar a trajetória político-institucional que se apresentou no Distrito Federal para o fechamento do “Lixão da Estrutural” após a implementação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos datada de 2010, o trabalho demarcou dois eventos relevantes, quais sejam: Planos de Intervenção do Aterro do Jóquei (2011 e 2015) e Catadores do Lixão da Estrutural. Nesse momento, portanto, faremos a análise político-institucional desses eventos em atendimento ao segundo objetivo específico do trabalho, numa tentativa de comparação entre as características de gestão dos governadores Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg no que tange aos elementos de centralização/descentralização e participação.

Os dois eventos tratados foram selecionados dentro da pesquisa e validados através de entrevista realizada com o Diretor Técnico do SLU (Serviço de Limpeza Urbana). Através dessa entrevista, o diretor confirmou todos os dois pontos considerados os mais relevantes e significativos identificados pela coleta de dados secundária e que demonstram grande influência para o fechamento do Aterro do Jóquei e sua continuidade.

5.1 Planos de intervenção do aterro do Jóquei (2011 e 2015): Entre descentralização e centralização

A análise será dividida em dois pontos. O primeiro ponto trata do Plano de Intervenção Técnico e Político de Resíduos Sólidos, que surge no Governo de Agnelo Queiroz no ano de 2011. Já o segundo ponto, trata do Plano de Intervenção no Lixão da Estrutural ou Aterro do Jóquei, que acontece no Governo de Rodrigo Rollemberg a partir do ano de 2015.

(1) Logo após a criação da Lei 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os municípios, Estados e Distrito Federal necessitaram elaborar suas próprias leis, para estabelecer seu próprio sistema de gestão e gerenciamento adequado de resíduos sólidos. Assim, fazem parte do Plano de Resíduos Sólidos, os planos estaduais, planos microrregionais, planos intermunicipais, planos municipais, planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Esses planos se tornaram essenciais para captação de recursos da União ou por ela controlados para empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou também, para benefícios como incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. Toda a proposição anterior encontra-se nos artigos no.16 e no.18 da Lei 12.305/2010.

Mediante condição proposta pela Lei 12305/2010, foi necessário que o Governo do Distrito Federal orientasse novas resoluções para nova situação. Em 10 de maio de 2011 no governo de Agnelo Queiroz, foi disposto o decreto no. 32.922/2011 que instituiu o Comitê Intersectorial de Resíduos Sólidos para elaborar e acompanhar a implantação das ações destinadas à execução de um futuro plano distrital de resíduos sólidos, bem como a gestão integrada e consorciada de resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal e entorno, constituídas pela SEG/DF (Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal) e dos demais órgãos listados na figura 1 abaixo:

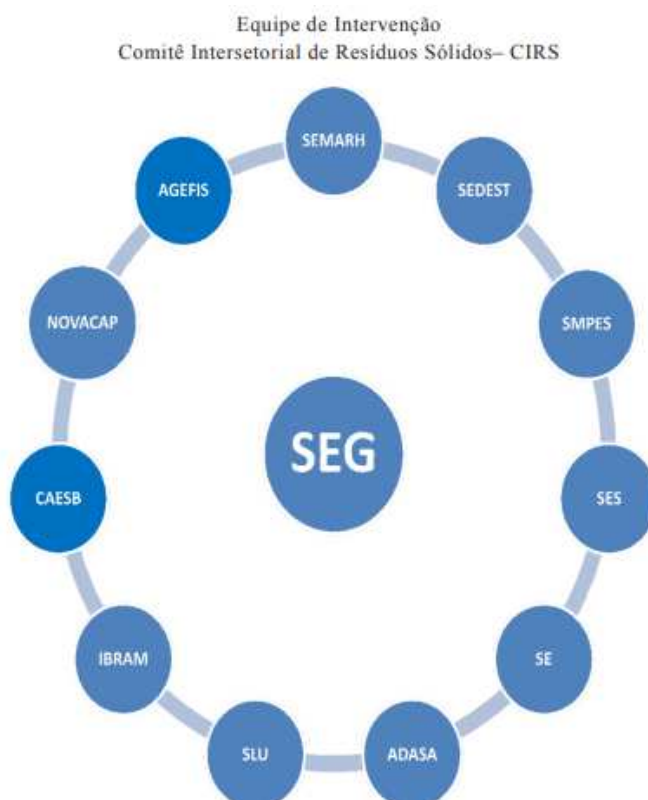


Figura 1. Equipe de Intervenção – Comitê Intersectorial de Resíduos Sólidos - CIRS.

Fonte: Diário Oficial da União, pág. 20 No.246, 26 de dezembro de 2011, adaptado.

Na figura 1, pode-se ver que a SEG/DF (Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal) coordena o Comitê Intersectorial de Resíduos Sólidos, sendo sob a

sua responsabilidade que os órgãos entidades listados (SEMARH/ DF – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF; SEDEST – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social; SMPES – Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária DF; SES/DF – Secretaria de Estado de Saúde do DF; SE/DF – Secretaria de Educação do DF; ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal; SLU- Serviço de Limpeza Urbana; IBRAM – Instituto Brasília Ambiental; CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal) criem estratégias para a promoção de um modelo de gestão regionalizado e elaborem e articulem junto aos outros órgãos da esfera Federal, Distrital e municípios participantes da RIDE, a implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos.

Com a competência de elaborar e articular junto aos órgãos das esferas do Governo Federal, Distrital e dos Municípios integrantes da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) a implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos, também compete ao Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos:

- I. Acompanhar e apoiar as ações relativas à gestão regionalizada, integrada e consorciada de resíduos sólidos;
- II. Construir estratégias para a promoção de um modelo de gestão regionalizado, integrado e consorciado de resíduos sólidos;
- III. Estimular a participação da sociedade civil organizada e do setor produtivo na gestão regionalizada, integrada e consorciada de resíduos sólidos;
- IV. Acompanhar os mecanismos de gestão de resíduos sólidos, instituídos pelos municípios da RIDE, sem prejuízo de suas competências, bem como o apoio técnico quando for o caso;
- V. Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, observando os seguintes objetivos:

Assim, coube ao Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) composto pelos órgãos citados acima e determinado no Governo de Agnelo Queiroz em 2011, a apresentação de um Plano Técnico Político de Intervenção na gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal na qual seria a orientação básica na elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal dentro do prazo de 30 dias a partir da data da publicação deste decreto no. 32.922/2011. A partir deste

disposto do artigo 5º do decreto referido, em 23 de dezembro de 2011 foi publicado no Diário Oficial do DF o decreto no. 33.445, que aprova o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal.

No decreto no. 33445/2011 que institui o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, é citado dentro todas as questões instrumentalizadoras para este Plano de Intervenção, o diagnóstico inicial sobre as ações para tratamento e destinação final dos resíduos, sendo o Aterro do Jóquei ou Lixão da Estrutural considerado um dos principais problemas. O seu local de funcionamento é considerado irregular de ponto de vista sanitário devido à problemas ambientais, operacionais e sociais. O Aterro, que constituía a destinação final dos resíduos, era o ponto crítico do sistema, além de fatores condicionantes para a categorização de toda a lógica problemática do ciclo dos resíduos no DF, como o pequeno percentual de reciclagem de resíduos gerados, somados à inúmeros depósitos clandestinos dentro de áreas ambientais protegidas, que são usadas para despejo de resíduos.

Ainda no decreto no. 33445/2011, foi proposta a implantação de um novo sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF segundo o qual, suas ações contemplam um modelo articulado de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos gerados. Essa proposta foi orientada para reestruturar no DF, os princípios e diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei no. 12.305/2010 e também à Política Nacional de Saneamento Básico Lei no.11.445/2007.

Este modelo de Gestão integrada de Resíduos Sólidos no DF – SGIRS/DF está baseada em um conjunto articulado de 6 ações estruturantes:

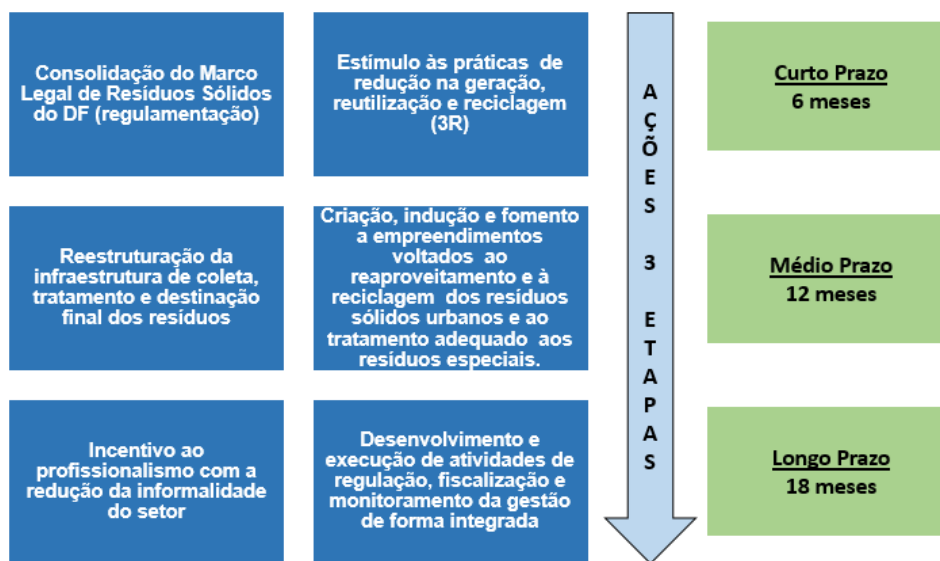


Figura 2. Ações estruturantes para articulação do Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF SGIRS/DF.

Fonte: Diário Oficial da União, pág. 19 No.246, 26 de dezembro de 2011, adaptado.

Um dos principais pontos do conjunto de ações está na reestruturação da infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos para o Aterro Oeste. Este já tinha a licença prévia ambiental, projeto básico e termo de uso na área localizada na região da Samambaia, sendo a construção a cargo da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil). Outros pontos são os Centros de Triagem, ao qual foram previstos a construção de 6 unidades, sendo que 2 inicialmente na própria cidade da Estrutural, para aproveitamento de contingente populacional que já atua como força de trabalho no Aterro do Jóquei. As outras 4 unidades, em locais disponibilizados pelo SLU (Serviço de Limpeza Urbana). Também previu áreas de transbordo, triagem e reciclagem, com sua construção, instalação e operação. Previu-se 7 áreas que seriam destinadas para que grandes geradores de resíduos da construção e demolições colocassem seus entulhos de forma a possibilitar a sua triagem e reciclagem. Faz parte também o Programa de Coleta Seletiva, que seria um instrumento para potencializar o aumento da retirada de materiais recicláveis do fluxo de resíduos, reduzindo materiais a serem tratados e aterrados, integrando-se aos pontos de triagem de cooperativas de catadores de materiais recicláveis e centros de triagem do próprio SLU (Serviço de Limpeza Urbana). Também foi pensado em Ecopontos para pequenos geradores de resíduos de construção, postos de entrega voluntárias de materiais recicláveis em pontos estratégicos para suporte do Programa de Coleta

Seletiva; Unidades de Tratamentos de Resíduos como suporte; o Aterro Norte, como outro aterro sanitário para receber resíduos gerados na região norte e de algumas cidades pertencentes a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) como Formosa e Planaltina de Goiás. O último ponto dentro do termo de infraestrutura, diz respeito à remediação do Aterro do Jóquei, com a consequente requalificação da área de forma a possibilitar outro uso no futuro, sendo necessário a utilização de técnicas e tecnologias nesse processo, embasados em estudos de viabilidade técnica e econômica.

Foi divulgado também as ações (vide anexo 2) que estariam a cargo do plano de Intervenção que seriam executadas a curto, médio e longo prazo dentro das seis ações estruturantes (figura 2) e prazos para sua realização.

Através das ações do Governo do DF na gestão de Agnelo Queiroz, houve a descentralização de atribuições perante órgãos aos quais nomeou para Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS), para que em conjunto, pudessem elaborar e acompanhar a implantação das ações destinadas à execução dos planos de resíduos sólidos, segundo o decreto no.33.445/2011. Segundo o Diretor Técnico do SLU (Serviço de Limpeza Urbana):

“No governo Agnelo como subsecretário de meio ambiente, realizamos várias leis, vários decretos, várias questões, o plano e intervenção foi publicado e já previa o fechamento do lixão, o aterro sanitário, área de resíduos da construção civil, galpão para catador. Só que pra viabilizar não foi fácil não...”. Ainda, “O Agnelo descentralizou isso pro SLU fazer sozinho. Apesar de eu estar na secretaria de meio ambiente e a gente teve que trabalhar em parceria, tinha Adasa, SLU, Sedesth trabalhando juntos, não era prioridade (o plano de intervenção à época do governo do Agnelo) dos chefes dos órgãos, só o do SLU”.

A participação dos órgãos nomeados sugere a tentativa do Governo do DF em propor a articulação destes para a instrumentalização das novas recomendações da Lei Nacional de Resíduos Sólidos no.12.305/2010. A descentralização das atribuições se fez necessária para que os órgãos tomassem sua responsabilidade dentro de suas áreas de atuação.

Após o decreto no.33445/2011 (Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no Distrito Federal) houveram outros decretos que tratam sobre o assunto, anteriores à Lei no. 5418/2014 que dispunham sobre o Plano Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal.

Também houve a criação de alguns relatórios e diagnósticos dos órgãos participantes do Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) que trazem estudos sobre a avaliação ambiental do lixo, como o Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal II- Brasília Sustentável II – Revisão do EIA /RIMA e avaliação Socioambiental elaborado pela ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal) ,que trata além do ordenamento territorial de assentamentos irregulares do Condomínio Pôr do Sol, a promoção da implementação de uma Política de Gestão de Resíduos Sólidos do DF, e o fortalecimento institucional dos órgãos da Administração Pública com ênfase na gestão ambiental e de resíduos sólidos. O SLU (Serviço de Limpeza Urbana) no ano de 2014 elaborou um Relatório de Diagnóstico de Resíduos Sólidos no Distrito Federal que também trata sobre dados gerais sobre o serviço de limpeza urbana, infraestrutura disponível, entre eles a situação do Lixão da Estrutural, dentre todas as informações disponíveis que o órgão tem sobre o lixo do DF e suas metas (AGÊNCIA BRASIL, 2014)

Em resumo, durante o Governo de Agnelo Queiroz, houve o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão de Resíduos Sólidos no Distrito Federal a partir do decreto no. 33.445/2011. Nesse Plano, tratou-se de orientar novas diretrizes que atendessem às novas demandas de tratamento dos resíduos sólidos no Distrito Federal, atendendo também à Lei Nacional de Resíduos Sólidos no.12.305/2010. A partir do Plano de Intervenção, o Governo de Agnelo Queiroz trabalhou no sentido de demandar aos órgãos que constituíam o Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) (surgido pelo decreto 32.922/2011) a atuação por um novo modelo de tratamento dos resíduos.

O Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) foi responsável por integralizar o Plano de Intervenção, e coordenar as ações, que segundo o decreto no. 33.445/2011 o qual define este Plano de Intervenção, “visa transformar a realidade da Gestão dos Resíduos Sólidos”. O Comitê que possui 8 órgãos representantes SEG/DF (Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal), SEMARHDF (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal), SEPLAN/DF (Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal), SES/DF (Secretaria de Saúde do Distrito Federal) , SLU (Serviço de Limpeza Urbana), NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), IBRAN (Instituto Brasília Ambiental) tinha sua descentralização política devido à distribuição das

atividades decisórias entre seus representantes, que deveriam se reunir ordinariamente uma vez por semana. O Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) também possuía autonomia para identificar, conforme artigo 6º do decreto no. 32.922/2011, termos de cooperação, convênios, consórcios, termos de adesão e outros instrumentos jurídicos com a interveniência dos órgãos executores do Distrito Federal. Também houve a descentralização das atividades técnicas, uma vez que cada órgão determinado para a execução deveria instrumentalizar suas atividades junto ao Comitê Intersetorial.

Nesse período do Governo de Agnelo Queiroz, foi realizada a tentativa no Distrito Federal de se utilizar o Plano para grande abrangência na área de resíduos sólidos, que articulasse diversos órgãos como os citados anteriormente. O Plano de Intervenção foi gerado devido às demandas que há anos permeiam o cenário político e a cena cotidiana, que na qual sempre demonstrou o descuido de políticas que atendessem permanentemente as necessidades por melhorias e mudanças neste setor. Porém, durante o Governo de Agnelo Queiroz, a descentralização das ações para os órgãos não obteve expressivos resultados.

O processo de implementação do Plano Técnico de Intervenção Político foi realizado através do modelo *Bottom Up*, ou seja, a implementação teve suas ações realizadas a partir dos gestores designados pelo governador, em seu processo de descentralização. Isso porque conforme Secchi (2013), sob a ótica desse modelo, a política pública se torna ajustável a partir do poder de decisão dos gestores e burocratas que a implementam. De acordo com o autor, há a possibilidade de modelar a implementação da política pública devido a maior participação que esses possuem no processo, havendo ainda maior “prospecção de soluções durante a implementação”. Em Nogueira e Fagundes (2015) o momento da implementação é “entendido como resultante da interação entre diferentes níveis dos sistemas governamentais e não governamentais, dinamizada por atores políticos com interesses e expectativas distintas, além de arenas discursivas e formas de lutas políticas também diversas”.

Isso porque a partir da criação do Comitê Intersetorial, o governo de Agnelo Queiroz pôde designar as decisões e implementação de ações para os atores participantes do grupo. Vinculou a este a parte de ações estruturantes da política (conforme figura 2), mantendo ao Comitê Intersetorial as etapas fundamentais no prosseguimento da política de Intervenção.

A descentralização é apontada no próprio decreto no. 33445/2011 do Plano de Intervenção Técnico do governo de Agnelo Queiroz, onde se diz “As boas práticas de gestão, em boa parte do mundo, apontam para sistemas que descentralizam a gestão e o tratamento dos resíduos”. O decreto ainda enseja “a implantação das políticas públicas de indução e fomento para incentivar o setor privado, a sociedade civil organizada e a população em geral a adotar, cada vez mais, atitudes para a redução na geração de lixo, a reutilização dos seus resíduos e a reciclagem em parceria com as cooperativas de catadores”.

A necessidade de incluir a participação social na implementação da política se torna imprescindível, uma vez que a ação do Estado em gerir uma nova gestão de resíduos sólidos de forma isolada não condiz com a Lei Nacional de Resíduos Sólidos. No próprio caput desta Lei, em Definições, artigo 3º, parágrafo VI diz que “controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos”.

Assim, a inclusão das associações e cooperativas juntos ao objetivo do Programa de Coleta Seletiva dentro do Plano de Intervenção, que é aumentar a coleta de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos, se torna um ponto vital quanto à participação social dentro do modelo de implementação desta política. A contratação das cooperativas e associações abre espaço para que o setor civil tenha acesso ao processo decisório. O próprio Ministério do Meio Ambiente declara que “A PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) atribui destaque à importância dos catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos, estabelecendo como alguns de seus princípios o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” e a “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”.

Foi nessas características que a gestão Agnelo se destacou com a descentralização das responsabilidades e poder do plano de gestão. Ainda que os resultados não tenham sido concretizados, a forma político-institucional de sua atuação nesse tema esteve clara.

(2) A partir da elaboração e divulgação do relatório emitido pelo SLU (Serviço de Limpeza Urbana) sob título de “Relatório sobre a situação de emergência no âmbito de limpeza urbana Jóquei (23.05 a 29.11.2015”, este motivado pela

declaração de Estado de Emergência e perigo no âmbito da limpeza pública a partir do decreto no.36.528/2015, descreve as diversas situações de irregularidade no Aterro do Jóquei e nomina os diversos órgãos que devem ser envolvidos. Com a publicação do decreto no. 36.437/2015 foi criado o GT (Grupo de Trabalho), com o objetivo de fomentar e executar as ações para a transição e fechamento do Aterro do Jóquei. As ações foram demandadas após uma série de acidentes na maior parte deles fatais, envolvendo catadores e que foram amplamente divulgadas pela mídia (MNCR.ORG, 2015; PORTAL G1, 2014).

O Plano de Intervenção do Governo do DF no Governo de Rodrigo Rollemberg em 2015, sobre o Lixão do Jóquei, surgiu a partir de uma série de acidentes com catadores que desde o ano de 2009, contabilizou-se 07 acidentes fatais dentre eles, 02 entre abril e maio de 2015, sem contar os diversos outros acidentes graves que foram mensurados. Esse fato só reforçou a periculosidade do ambiente assim como trouxe à pauta o trabalho realizado pelos catadores, que fogem dos valores de dignidade, cidadania e segurança. Ainda, fatores que transformaram o Lixão do Jóquei como um dos maiores da América Latina e suas implicações ambientais, tais como a contaminação dos lençóis freáticos que levam ao rio Belchior, lagoa formada por chorume que se situa dentro do Lixão e que possui grandes riscos de explosão, assim como a falta de segurança a qual a localidade estava exposta. Ou seja, o Aterro do Jóquei mais uma vez trouxe à tona o grande problema que Brasília tinha com o Lixão, e ainda, a repercussão que o assunto teve ganhou proporções na mídia, trazendo mais reportagens detalhadas sobre o Aterro.

Assim, o Plano de Intervenção implantado a partir de 15 de junho de 2015 e que teve a previsão de encerramento até o fechamento do Lixão do Jóquei, foi dividido em 5 blocos: Gestão Operacional, Ambiental, Contravenções, Catadores e Participação Social. O Bloco de Gestão Operacional (ações relativas ao padrão operativo do Lixão do Jóquei e fortalecer a atuação institucional no Lixão), Bloco Ambiental (propõe ações para monitorar, avaliar e mitigar os impactos ambientais), Bloco Delitos e Contravenções (propõe ações de articulação na área de segurança pública e no atendimento social às populações vulneráveis), Bloco Catadores (Identificação de problemas sociais e econômicos decorrente das atividades no lixão e abordagens voltadas para o atendimento das necessidades sociais de vulnerabilidade e segurança alimentar) e Bloco de Participação Social (ações de

envolvimento dos indivíduos que atuam nas atividades do lixão e é promovido encontros que são denominados rodas de conversa).

Também denominam o prazo estipulado para a realização destes, assim como as ações realizadas pelo GT (Grupo de Trabalho), para que aquelas sejam vinculadas a seus órgãos responsáveis.

Este Plano de Intervenção se tornou essencial para que o primeiro grande passo para o encerramento das atividades do Lixão do Jóquei se tornasse viável e possível. Primeiro, este Plano surgiu a partir de GT (Grupo de Trabalho) (decreto no. 36.437/2015) e isso expôs a fragilidade do assunto diante as autoridades competentes, obrigando aos órgãos intitulados por este Plano a realizarem as ações esperadas no objetivo de contornar a situação com medidas mais urgentes e auxiliar em colaboração ao governo no tratamento deste problema tão sério e grave e a relação de diferença para o Plano de Intervenção do Governo de Agnelo Queiroz é que o Plano atual, de 2015, foi introduzido pelo Governador e diretamente demandado à todos os agentes responsáveis dentro das áreas designadas a participar de todas as ações para a sua realização. O Governo trouxe para si a responsabilidade das ações, constituiu o GT (Grupo de Trabalho) e este, planejou todas as medidas urgentes e de médio a longo prazo para ser executado no período de fechamento do Aterro, designando atores responsáveis, e tudo isso, sob a supervisão do Governo do DF através do Governador. Segundo, como referido anteriormente, o Plano de Intervenção de 2015 traz uma série de medidas que são realizadas a médio e a longo prazo, possibilitando que haja a regularidade das medidas a serem adotadas e ações realizadas em conjunto de ações e órgãos, dividindo as responsabilidades de atividades anteriormente restritas à ações menores realizadas pelo SLU (Serviço de Limpeza Urbana).

Além do ponto fundamental que o Plano traz sobre o Aterro do Jóquei e seu fechamento, também versa sobre o ponto do Aterro de Samambaia ou Aterro Oeste. Nele é previsto o cronograma de obras de construção e início de operação das suas atividades, assim como os agentes (SLU - Serviço de Limpeza Urbana, SEGAD – Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização, NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) que são os responsáveis pela execução. Já a questão dos catadores também é prevista a partir de um bloco específico, o Bloco Catadores, que traz os seguintes assuntos: Erradicação do trabalho infantil, Moradores do Lixão, Dependência química, Acesso a Programas e benefícios

sociais, Impacto direto na renda e insegurança alimentar, Construção e reforma dos centros de triagem. Também há outro bloco subsequente que é o Bloco de Participação Social, que também está interligado na Bloco Catadores, pois compõe-se de ações que articulam conjunto de medidas que se relacionam a todos os blocos anteriores e que permeiam o bem-estar social dos catadores, sua questão econômica, a questão ambiental e os aspectos relevantes que agem de forma direta e indireta a essas pessoas.

O Plano de Intervenção de 2015 traz as principais ideias do Plano de Intervenção Técnica elaborada em 2011, como o estímulo ao profissionalismo com a redução da informalidade do setor, desenvolvimento e execução das atividades de regulação, fiscalização e monitoramento da gestão de forma integrada, Inclusão social e produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis, construção do Aterro Sanitário Oeste assim como a preocupação sobre o Lixão da Estrutural. Porém, este Plano de Intervenção de 2015, trata de forma mais incisiva acerca da situação ambiental e irregular do Lixão que funciona há mais de 50 anos no DF, assim como também trabalha para a mudança e dignificação dos catadores que trabalham diretamente no local.

É possível perceber analisando os dois Planos de Intervenção (o primeiro de Intervenção Técnica de 2011, e o segundo, o Plano de Intervenção no Lixão da Estrutural de 2015) que ambos possuem pontos importantes sobre distribuição de atividades à órgãos e entidades dentro da esfera do poder executivo. Porém, uma grande diferença entre os dois planos se confere no sentido de descentralização de atividades técnicas e políticas, o que aconteceu no Plano de Intervenção Técnica de 2011, e de centralização das atividades políticas no Plano de Intervenção do Lixão do Jóquei e durante seu processo de implantação.

No Plano de Intervenção Técnica sobre resíduos sólidos de 2011, houve o processo de descentralização da atividade política devido ao direcionamento e autonomia que o governo do DF ofereceu ao Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS), que se tornou responsável por articular junto com outros órgãos das esferas do governo federal, distrital e municipal não apenas a implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos como também a competência de instrumentalização de ações, acompanhamento de mecanismos de gestão de resíduos sólidos, e a própria gestão dos processos que balizam a execução das atividades previstas no decreto no. 32922/2011.

Ou seja, o Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) foi determinado pelo governo do DF como responsável por integralizar o Plano de Intervenção Técnico Político de 2011, e coordenar as ações, que segundo o decreto no. 33.445/2011 o qual define este Plano de Intervenção, “visa transformar a realidade da Gestão dos Resíduos Sólidos”. O Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) formado pelo (SEMARH/ DF – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF; SEDEST – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social; SMPES – Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária DF; SES/DF – Secretaria de Estado de Saúde do DF; SE/DF – Secretaria de Educação do DF; ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal; SLU- Serviço de Limpeza Urbana; IBRAM – Instituto Brasília Ambiental; CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal) tinha sua descentralização política devido à distribuição das atividades decisórias entre seus representantes, que deveriam se reunir ordinariamente uma vez por semana. O Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS) também possuía autonomia para identificar, conforme artigo 6º do decreto 32922/2011, termos de cooperação, convênios, consórcios, termos de adesão e outros instrumentos jurídicos com a interveniência dos órgãos executores do Distrito Federal. Também houve a descentralização das atividades técnicas, uma vez que cada órgão determinado para a execução deveria instrumentalizar suas atividades junto ao Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS).

Já no Plano de Intervenção sobre o Lixão do Jóquei de 2015, houve a centralização das atividades políticas. Isso ocorre porque o Governo liderado por Rodrigo Rollemberg trouxe para si a responsabilidade de gerência do Plano de Intervenção liderando as reuniões do GT (Grupo de Trabalho), participando das ações de envolvimento de decisões, sendo a parte de execução técnica ficando especificamente com cada órgão denominado para a execução.

Nas entrevistas realizadas isso é claramente posto pelos gestores das áreas pesquisadas. Primeiramente, durante a entrevista com o Diretor de Operações Técnicas (DITEC) do SLU (Serviço de Limpeza Urbana), coloca que o atual governo colocou o Plano de Intervenção de 2015 como prioridade, sendo que ele aponta que no SLU não houve desde o começo de sua gestão como diretor escolhas políticas

que fossem colocadas cargos estratégicos para direcionar as decisões técnicas que ocorrem no órgão para a execução das atividades:

“Hoje em dia, os galpões dos catadores são do SLU e tem licença ambiental. Isso dá uma institucionalidade muito forte. Estar em um galpão precário, sem licença ambiental, era tudo feito assim, bagunçado. A gente organizou isso e se não tivesse a atuação do gabinete do governador não tinha feito isso. Na gestão do Agnelo, não se conseguiu. O Agnelo descentralizou isso pro SLU fazer sozinho. Apesar de eu estar na secretaria de meio ambiente e a gente teve que trabalhar em parceria, tinha Adasa, SLU, Sedesth trabalhando juntos, não era prioridade (o plano de intervenção à época do governo do Agnelo) dos chefes dos órgãos, só o do SLU...”. Para ele, o órgão está trabalhando com a parte técnica da melhor forma possível, levando isso ao âmbito social com muita tranquilidade; o governo conferiu essa autonomia técnica ao órgão, não colocando nenhum cargo político dentro do órgão, sendo que a equipe técnica foi escolhida pelo governo por sua experiência e conhecimento na área de lixo e aterro sanitário.

Ainda sobre essa questão, o mesmo entrevistado reafirma:

“Ele (governador) quem manda, a gente está aqui só para obedecer e isso fica mais fácil porque não fica disputa de poder, ninguém aqui no SLU tem aspirações políticas, então aquela questão de briga de poder, tipo “se eu fizer isso aqui aquele cara na próxima eleição vai ter esse trunfo pra ...”, a única pessoa que pode usar desses trunfos do SLU é o governador, ou seja, todo ônus ou todo bônus que ocorrer aqui é do governador. Não tem nenhum outro político. Muitas outras secretarias têm isso, um secretário tem um cargo político, vislumbra oportunidades políticas no futuro dele, e ele direciona as ações de sua equipe para aquele objetivo político dele. Mas aqui não, a gente está trabalhando com a técnica da melhor forma possível, levando à área social junto, com muita tranquilidade. Acho que o governador deu essa autonomia para a gente, não tem nenhum cargo político aqui dentro, nenhum. Ele (governador) não interferiu em colocar um cargo político aqui, nenhuma indicação de deputado, nada. Trouxemos a Kátia (Heliana Kátia, presidente do SLU) de Belo Horizonte com a experiência, me trouxe da UnB que trabalhei com o Agnelo, juntou uma galera aqui que tem experiência, vontade de trabalho e não tem essa situação política. Estamos trabalhando juntos em uma afinção. Quando de tirar essa névoa política fica tufo muito mais fácil”.

O entrevistado ainda aponta que isso fez a grande diferença entre o Plano de Intervenção elaborado em 2011 e o atual Plano de Intervenção de 2015 (no caso ele atual como secretário de meio ambiente no governo passado); disse que no governo anterior, o governador Agnelo Queiroz descentralizou as decisões políticas e ações técnicas aos órgãos que faziam parte do Comitê Intersetorial, deixando a questão do Plano de Intervenção sob a responsabilidade dos órgãos sendo que o assunto era prioridade para o SLU (Serviço de Limpeza Urbana) e não imediatamente aos demais. Afirma também que o Plano atual de Intervenção, de 2015, só foi possível

de ser realizado porque a partir do diagnóstico realizado em 2014 foi possível ver especificamente os problemas, identificação e separação de setores de trabalho, maior participação de atores do governo e a crise econômica que o DF está passando ajuda com que planos muito grandes sejam diminuídos à planos exequíveis.

Com essa questão de centralização política, houveram a partir dos blocos de execução um conjunto de medidas essenciais e imprescindíveis no fechamento do Lixão da Estrutural. Dois pontos serão discutidos, a seguir, como exemplos dentro do Plano de Intervenção de fechamento do Lixão da Estrutural que demonstram a questão da centralização política e como isso influenciou para seu processo de execução.

Ou seja, a gestão deste Plano de Intervenção pelo Governo de Rodrigo Rollemberg trouxe um modelo mais centralizado de ações e determinações, que trazem consigo a responsabilidade para o Governo das medidas tomadas para a realização e execução do Plano. O modelo tem permitido que os órgãos possam trabalhar de forma mais técnica e direta ao atendimento da solicitação dos objetivos que são pedidos, e o Governo fica responsável pela parte da tomada de decisões e planejamento. A autonomia técnica dos órgãos permite que se faça as ações mais diretamente, o que traz mais agilidade e rapidez para o processo. Desde o início, houve a criação da agenda e cronograma para que os agentes executassem o Plano. O que o Governo traz são as decisões a serem tomadas e a análise de tudo que foi realizado, criando-se assim, a gestão das decisões por uma única entidade e a execução, distribuída aos agentes.

Em entrevista realizada com a gerência de Gestão Ambiental do SLU (Serviço de Limpeza Urbana), confirma que:

“Em 2016, o Governador criou o Escritório de Projetos Especiais, na estrutura interna de seu próprio gabinete, para fazer a gestão dos 6 projetos prioritários de sua gestão frente ao Governo de Brasília. Entre eles está o Programa de Desativação do Lixão da Estrutural, no qual 17 órgãos do governo estão atuando de forma integrada para que as soluções sejam realmente efetivas”.

Consegue-se enxergar dentro do Plano de Intervenção do governo de Rodrigo Rollemberg, que seu processo de implementação está relacionado com o modelo misto/híbrido, pois há dentro do processo características de centralização

encontradas no modelo *Top Down*, assim como características que se aproximam de teorias que surgiram após a década de 1980 ou chamadas de “terceira geração de estudos de implementação” conforme Rua (2013) propõe, tal como o “Modelo Interativo” de Merilee Grindle E John Thomas (1991, apud Rua 2013).

Nesse sentido, o Plano de Intervenção do governo de Rodrigo Rollemberg propõe em sua característica principal a centralização do processo de decisão. Isso porque primeiramente, o governo assume o assunto sobre o fechamento do Lixão da Estrutural, estruturando o GT (Grupo de Trabalho) que trabalha na avaliação da situação, propondo as ações em blocos de operação, e designando os atores conforme as situações de cada área envolvida necessita do alcance dos atos. Todas essas ações são coordenadas e executadas pelos órgãos do governo, havendo a interação entre decisão por parte do governo e gestão por atores estatais.

Conforme Secchi (2013), o modelo *Top Down* é caracterizado pela separação entre o momento de tomada de decisão e implementação, sendo que as “políticas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos”. Para Monteiro (2017) “O modelo Top Down de políticas públicas caracteriza-se, por um lado, pela limitada e controlada discricionariedade do burocrata e, por outro, pelo seu viés organizacional”. Assim, “Isto relaciona-se com a ênfase organizacional centrada no planejamento, na organização, na hierarquia e na centralização das decisões e descentralização da execução”.

Já dentro do Modelo Interativo de Grindle e Thomas (1991 apud Rua 2013), o tema de fechamento do Lixão da Estrutural vem sendo discutido desde sua criação na década de 1960, porém, tomou maiores proporções nos últimos anos após a criação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos no.12.305/2010 onde há a meta de eliminação dos lixões, e também, da exposição do assunto na mídia a partir de reportagens, comparações a outros lixões a céu aberto, exposição das mortes ocorridas, situação insalubre dos trabalhadores catadores, entre tantos outros assuntos. Como no Modelo Interativo sugere-se que a política surge de “questões presentes na sociedade e que entram na agenda política”, o assunto sobre o fechamento torna-se suficientemente importante para ocupar espaço na agenda, sendo que as decisões são dinâmicas, ou seja, uma vez que estes estágios se definem, as características da *policy*, conforme Grindle e Thomas (1991 apud Rua 2013), são alteradas de acordo com a interação entre atores sociais e agentes

públicos. Enquanto não há a conformidade que estabeleça um equilíbrio da política para ambos, ela vai sendo adequada “retroalimentando a agenda governamental”. Isso ocorre, na gestão Rollemberg, principalmente em relação às decisões sobre os locais, por exemplo, dos centros de triagem, assim como valores de ajuda de custo pagas mensalmente aos catadores enquanto aguardam locais definitivos que o estabeleçam para seus locais de trabalho em parceria com o governo.

5.2 Catadores do lixão da estrutural: Estratégias de inclusão ou exclusão de tomada de decisão?

Na década de 1960 quando foi criado o Aterro do Jóquei, ou mais conhecido como Lixão da Estrutural, não se poderia imaginar que além de se tornar posteriormente um dos maiores lixões a céu aberto no mundo, conforme indica a ISWA (Internacional Solid Waste Association)¹, o lixão abrigaria dezenas de famílias e trabalhadores que fazem da coleta de resíduos recicláveis, assim como restos de comida entre materiais que ainda podem ser utilizados, sua forma de sustento e sobrevivência. Além disto, a maior parte destas pessoas mora na cidade Estrutural, iniciada com invasões, e que hoje abriga em torno de 40.000 mil habitantes conforme dados de 2015 da CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal).

Com a perspectiva de fechamento do Lixão da Estrutural a partir do governo de Agnelo Queiroz, os assuntos relacionados aos catadores tornaram-se pauta do governo, da mídia e dos próprios cidadãos do distrito federal que tem seus resíduos dispensados na localidade. Esse tópico foi retomado no governo de Rodrigo Rollemberg, assim como outro conjunto de ações. Assim, neste capítulo, será abordado como os catadores foram inseridos e tratados na trajetória político institucional de fechamento do Lixão da Estrutural durante os governos de Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg e como foram as ações decorrentes nos dois governos para o tratamento de questões socioeconômicas dos catadores e procedimentos de inclusão para estas pessoas.

¹ A ISWA (Internacional Solid Waste Association) realizou seu último Congresso Mundial em 2016, lançando relatório que indica os 50 maiores lixões do mundo, no qual o Lixão da Estrutural está incluído e estimativa de mortes ocasionadas dentro dos lixões.

(1) No governo de Agnelo Queiroz no ano de 2011, conforme mencionado anteriormente, foi instituído o decreto no. 33445/2011, que estabeleceu o Plano de Intervenção Técnico-Político na área de gestão dos resíduos sólidos. O Plano de Intervenção trouxe como proposta aos trabalhadores desta área a ação estruturante de inclusão destes no novo modelo de gestão de resíduos. Isso se propôs com o incentivo ao profissionalismo para a diminuição da informalidade do setor. Nesse sentido, o Plano se conformou diante a relação entre os próprios catadores e a participação da sociedade civil, uma vez que há a proposta de integração do processo educativo social, como reutilização e reciclagem, em parceria com as cooperativas de catadores.

Outro elemento importante apontado pelo Plano do governo Agnelo foi a construção dos primeiros Centros de Triagem pelas cooperativas de catadores por instituições financiadoras, uma vez que buscou atender à demanda agregada populacional existente na Estrutural que já realiza esse trabalho, e ainda, esses Centros construídos na localidade. O último ponto do Plano que insere o catador está no quesito Polo de Reciclagem. Esse ponto trata sobre a instalação de um Polo de Reciclagem na região da Estrutural, onde haveria a parceria entre indústrias ligadas ao beneficiamento de resíduos ou utilização de materiais recicláveis e contingente populacional da Estrutural que trabalha como catadores de recicláveis.

Para além do Plano mencionado, o governo de Agnelo Queiroz implementou diversas outras ações relacionadas aos catadores, nem sempre única e exclusivamente aos catadores da estrutural, mas normalmente aos do Distrito Federal. Estas ações contemplaram:

I. O decreto no. 34.329/2013 que designou a composição do Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do DF (CIISC). O Comitê foi criado e instituído “para desenvolver e acompanhar ações a esses trabalhadores. Melhorar a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis é uma das prioridades do Governo do Distrito Federal, que possui um grupo de servidores, oriundos de 14 órgãos diferentes, responsável pelo acompanhamento das ações voltadas a esses trabalhadores” conforme indica a Secretaria de Estado das Cidades.

As ações do Comitê Intersetorial, de cunho descentralizado, segundo Mercante (2013) eram: consolidar a listagem de catadores que atuam no Lixão da Estrutural; colocar em funcionamento o espaço de informação i-catador dentro do

Lixão; iniciar o processo de emissão de documentação básica para os catadores; realizar atendimento itinerante de assistência jurídica e de previdência social; fazer levantamento dos catadores cadastrados nas Equipes de Saúde da Família e capacitação para a abordagem social da categoria; providenciar o cadastramento de catadores e familiares no Sistema de Informação da Atenção Básica; realizar a busca ativa de catadores para os serviços de saúde em eventos específicos do setor; desenvolver levantamento epidemiológico e encaminhamento para assistência quando necessário; produzir mutirões de atendimentos específicos em saúde; realizar avaliação das condições do ambiente de trabalho pelas equipes de saúde do trabalhador e vigilância ambiental; implementar o Ponto de Atenção Básica à Saúde nas proximidades do Lixão; desenvolver o programas voltados a usuários de drogas e portadores de DST; verificação da situação dos catadores no cadastro da Codhab; realizar o levantamento dos catadores sem moradia, com moradia precária e os que dependem de regularização; realizar a inclusão dos catadores e familiares nos programas, serviços e benefícios socioassistenciais; realizar a implementação do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil no Lixão; ampliação da oferta de matrículas EJA e DF Alfabetizado; fazer o levantamento do quantitativo de pessoas com deficiência de 0 a 18 anos e cadastramento no programa; garantia de matrícula prioritariamente em instituições escolares que desenvolvem o Projeto de Educação em Tempo Integral; ofertar cursos técnicos de nível médio e de formação continuada, via Pronatec; capacitar os catadores como agentes multiplicadores dos direitos sociais, solução de conflitos e rede de apoio; desenvolver projetos de atuação dos catadores em grandes eventos, mediante o recebimento de diária; ofertar cursos gratuitos para pessoas em situação de vulnerabilidade social residentes no DF (Projeto Fábrica Social); realizar levantamento de interesse dos catadores em permanecer na reciclagem ou outra área de atuação; desenvolver a implantação de coleta seletiva; realizar a contratação dos Serviços de Triagem; realizar a construção e equipagem dos galpões de triagem e do centro de comercialização; desenvolver a implantação de áreas de transbordo, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil; e realizar estudos para aproveitamento dos resíduos do lixão e remediação da área da Estrutura.

O Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do DF também possuía no escopo de seu decreto dois projetos estratégicos: Coleta Seletiva Solidária, que tem

por finalidade a coordenação da implantação da coleta seletiva solidária em todos os órgãos públicos da administração direta e indireta do GDF, para a destinação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores; e o segundo projeto estratégico trata do plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores, que tem por finalidade a coordenação da revisão do plano de inclusão social e econômica dos catadores, com ações integradas e eficazes para fechamento do lixão da Estrutural e a garantia dos direitos dos catadores do DF.

II. O Projeto Cataforte (Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis) iniciada em 2009 é um projeto oriundo entre a parceria entre Governo Federal, Petrobrás, Fundação do Banco do Brasil e BNDES e executado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, por meio da Incubadora Social e Solidária sendo que hoje ela está no 3º projeto, o Cataforte III. No Distrito Federal, o projeto foi iniciado em 2012 e segundo Machado (2013), “tem como objetivo fortalecer o associativismo e cooperativismo da categoria. O Cataforte iniciou seus trabalhos em maio de 2012 e, até o momento, capacitou 400 catadores”.

III. Ainda constam projetos como o Projeto Fênix, que desde outubro 2012, consiste em democratizar o acesso à justiça catadores de materiais recicláveis dos lixões do Distrito Federal; Projeto Território e Cidadania, que possui parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), a Fundação Banco do Brasil, a Secretaria de C&T para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (SECIS/MCT), e a Central das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno (CENTCOOP-DF); Brasília sem Miséria, foi um plano para “instituir políticas de transferência de renda, formação de mão-de-obra qualificada e garantia de acesso da população a serviços públicos de qualidade, para erradicar a pobreza extrema no Distrito Federal” conforme indica a SEGETH (Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação) em 2011. Ainda, dentro do seu eixo de ação, “A Segesth fará uma busca ativa desses trabalhadores, incluindo segmentos como catadores de materiais recicláveis, população em situação de rua e de áreas rurais”.

De modo geral, portanto, no governo de Agnelo Queiroz houve, como percebido, a descentralização de ações de decisões e implementação relativas às políticas para os catadores, em que os órgãos foram vinculados ao Plano de Intervenção Técnico Político através do Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos

(CIRS). Segundo os entrevistados, houve a autonomia para os órgãos através da descentralização dessas ações que o governador designou. Segundo a entrevista realizada com o Diretor de Operações Técnicas (DITEC) do SLU (Serviço de Limpeza Urbana), ele afirma que:

“Na gestão do Agnelo, não se conseguiu. O Agnelo descentralizou isso pro SLU fazer sozinho. Apesar de eu estar na secretaria de meio ambiente e a gente teve que trabalhar em parceria, tinha Adasa, SLU, Sedesth trabalhando juntos, não era prioridade (o plano de intervenção à época do governo do Agnelo) dos chefes dos órgãos, só o do SLU”.

Conforme entrevista com o diretor de fomentos e parcerias da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, ele também confirma sobre a descentralização das ações:

“No governo anterior (Agnelo Queiroz), as secretarias ficaram com a função de fazer a deliberação de ações para inclusão dos catadores. Há a ação entre os órgãos (articulação) mas cabia à cada um deles como proceder com às suas demandas”.

O que não pôde ser verificado nessa pesquisa, mesmo porque foge ao objeto do trabalho, foi a eficiência ou ineficiência da descentralização da política de resíduos do governador Agnelo. Ainda assim, há indícios, especialmente pelas falas dos entrevistados e por alguns documentos encontrados, de que a postergação da implementação das ações voltadas aos catadores e que descrevemos nessa parte da pesquisa se deu por motivos de má gestão do modelo descentralizado de implementação. A descentralização realizada nessa gestão não incluiu, pelo menos aparentemente, mecanismos de controle, monitoramento e fiscalização tanto horizontal quanto vertical (O’CONNOR, 1998). Essas ausências produziram modelos de gestão distintos dentro do mesmo governo que muitas vezes não se comunicavam e especialmente dificultavam a coordenação de suas ações pelo governador e, portanto, a padronização dos resultados a serem alcançados por esses diversos núcleos descentralizados de tomada de decisão. O resultado final, aparentou ser o descontrole e a baixa efetividade na resolução do problema público existente.

Durante o governo de Agnelo Queiroz, algumas iniciativas de participação foram criadas, como “Orçamento Participativo do DF (OPDF), Conferência Distrital de Controle Social e Transparência (CONSOCIAL-DF), Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social (CDES, também conhecido como “Conselhão”), além da ampliação da ouvidoria e canais por meio de novas mídias, como Facebook e Twitter, têm recebido atenção especial, pois estimulam a comunidade a participar ativamente das decisões do GDF” segundo Freitas (2012). Conforme Agnelo Queiroz em entrevista à época (07/06/2011) durante lançamento do programa Brasília sem Miséria, ele afirma que “Nosso governo também promoverá a participação de entidades da sociedade civil, movimento sociais e outras organizações para o cumprimento desse plano. Diálogos como o realizado em sua residência oficial à época em setembro de 2013, onde foi debatido a compensação financeira pelo fechamento do Lixão, assim como a construção de galpões de triagem de resíduos Ferrari (Agência Brasília 2013).

Apesar das iniciativas citadas de participação, não há atas de reuniões oficiais que evidenciem a participação direta de catadores de lixo nas decisões manifestadas pelo governo. Na pesquisa, o que achou-se sobre encontros de catadores com o governo foi pontual como um encontro na residência oficial do governador Agnelo em 20/09/2013 realizado com representantes de cooperativas de catadores que reivindicaram compensação financeira para os trabalhadores para minimizar impactos com o fechamento do Lixão ou o fórum 12º Festival Lixo e Cidadania realizado entre 28 a 30/10/2013 em que foram debatidos entre a gestão de resíduos sólidos, a situação de catadores e cooperativas em nível nacional e regional.

Outro fato que devemos considerar é que houve no governo a proposta de uma parceria público privada (PPP) para tratamento e coleta de lixo no Distrito federal em 2012, com a duração de 30 anos. Sob um alto custo e excluindo as cooperativas de catadores e catadores individuais, a proposta foi amplamente rejeitada pela população pois ficou evidenciado através da insatisfação de toda a categoria dos trabalhadores (catadores) que não haveria espaço para seu trabalho no Distrito Federal caso a proposta fosse aceita. Houve audiência pública na Câmara Legislativa em 19/06/2013, que reuniu catadores, cooperativas, deputados e ambientalistas para defender a suspensão da proposta onde mais tarde seria arquivada.

Conforme Nogueira (2004, pág. 131) afirma, “a participação corporativa está dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou de categorias profissionais. Trata-se de uma participação fechada em si, que se

objetiva sobretudo com propósito particular”. Essa categoria de participação é fundamental nas decisões que o governo propôs pois catadores e cooperativas formam uma cadeia de economia que depende totalmente das decisões acerca da gestão de resíduos. O fluxo dos rendimentos depende da coleta de resíduos e apesar do governo fazer propostas dentro do Plano de Intervenção Técnico sobre o Lixo que incluía os catadores, na prática, pouco houve ações e diálogos que reunissem governo e catadores sobre interesses mais urgentes e fundamentais desta categoria, fazendo da participação dos interessados mecanismo coadjuvante de gestão político-institucional.

Nesse sentido, ainda que o modelo de implementação das ações sobre o Lixão da Estrutural tenha se dado com a participação descentralização dos órgãos da gestão distrital, pouco se ouviu e percebeu sobre a participação do cidadão e dos próprios interessados, leia-se catadores, nas ações produzidas pelo governador Agnelo. A tomada de decisão da política envolveu um único ator, o próprio Estado, em suas diversas facetas, estágios e esferas, mas pouco foi a frequência de tomada de decisão compartilhada com outros atores da sociedade civil, demonstrando que a abertura do Estado e as relações entre Estado e sociedade civil se dão em forma e grau ainda pouco profundos e aprimorados, podendo ser caracterizados como estágio inicial. A abertura do Estado se constituiu de forma consultiva e pontual, prejudicando a política de gestão de resíduos, o fechamento do Lixão assim como as demandas dos catadores.

Como alternativa ao modelo de gestão compartilhada e participativa, o governo decidiu apostar em parcerias público privadas. Elas ajudaram a desonerar o ônus distrital advindos dos problemas sobre o sistema de gestão de resíduos, oferecendo-o à iniciativa privada parcela da gestão desse tema. Porém, o projeto foi totalmente rejeitado pela sociedade a partir de consulta pública realizada, havendo manifestações devido não apenas ao modelo de projeto (terceirização de serviços) mas também ao valor alto que se pagaria pelo investimento do serviço, em valor estimado de R\$762 milhões de reais (Chico de Gois, o Globo 2012).

(2) No governo de Rodrigo Rollemberg, a questão sobre a situação dos catadores do Lixão da Estrutural se fez presente a partir do Relatório do Diagnóstico de Resíduos Sólidos, elaborado em 2015 pelo SLU (Serviço de Limpeza Urbano), sobre dados relativos ao ano de 2014 que mostram o retrato da própria instituição e sobre a sua atuação, ao qual o Lixão da Estrutural faz parte do seu campo de

trabalho. É trazido dados sobre acidentes e registro dos catadores que trabalham com as cooperativas. Com esse diagnóstico, o governo instituiu o decreto no. 36.528, de 29 de maio de 2015, que traz a declaração da situação de emergência no âmbito da limpeza pública do Distrito Federal. Também é instituído o Grupo de Trabalho (GT) através do decreto no. 36.437/2015 que é composto por órgãos e entidades do governo do Distrito Federal com o objetivo de gerarem tomadas de decisão emergenciais para atuarem sobre as questões de cunho graves encontradas no Lixão da Estrutural e posteriormente, elaborarem e implementar o Plano de Intervenção no Lixão.

Diante o cenário, o GT (Grupo de Trabalho), desempenhou ações emergenciais nas áreas de segurança pública, política para crianças e adolescentes, desenvolvimento humano e social, saúde pública e gestão de resíduos sólidos. Segundo o próprio relatório de crise do Lixão (SLU, 2015) “A equipe de componentes do GT do Lixão do Jóquei, constituída para gerenciar essa crise, priorizou várias ações consideradas emergenciais, com o propósito de minimizar as situações de risco naquela localidade, como: a mudança dos procedimentos operacionais na frente de trabalho do maciço separando as áreas de movimentação de máquinas/equipamentos dos catadores; a proibição da disposição final de resíduos de alimentos vencidos de supermercados e shopping (praças de alimentação) sem a descaracterização em uma área interna do lixão, conhecida como “Carrefa”; a recomposição da cerca do lixão de forma ainda mais acelerada para evitar o acesso de pessoas estranhas aos serviços e a definição da entrada de catadores somente com a Carteira de Identidade expedida por órgão do Distrito Federal, permitindo a entrada de pessoas apenas pela portaria principal”. As ações realizadas no período foram de cunho emergencial e anteciparam as ações que foram previstas posteriormente no Plano de Intervenção. Houveram também nesse espectro de ações, rodas de diálogos, ofertas de estágio, distribuição de cestas básicas, mudanças na entrada e saída de pessoas do Lixão da Estrutura, organização do tráfego de caminhões, instalação de pátio de alimentação e banheiros químicos, treinamento de brigadista voluntário. Vale mencionar que as rodas de diálogos foram compostas pelos “catadores mais antigos do Lixão, lideranças das cooperativas que atuam no Lixão do Jóquei, funcionários da valor ambiental, GSI e SLU que trabalham no Lixão da Jóquei, associações e cooperativas responsáveis pela coleta dos resíduos da construção civil,

representantes e presidente da Associação dos Supermercados de Brasília – ASBRA, associação de moradores e funcionários da Administração Regional da Estrutural, mães que levam filhos crianças e adolescentes para trabalharem no Lixão do Jóquei, catadores do CARREFA² e Rede Alternativa das Cooperativas do Distrito Federal, Entorno e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE” conforme indica SLU (2015). Em dezembro de 2015, é lançado o “Plano de Intervenção no Lixão do Jóquei”, disposto sob a base da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) lei no.12.305/2010 e na qual se institui em seu escopo de abrangência ao fechamento do Lixão, situação dos resíduos sólidos e situação dos catadores de lixo.

No Plano, há ações em bloco em que são divididas as ações referentes a cada área de atividades. “O bloco Catadores é estabelecido com a identificação dos problemas sociais e econômicos decorrentes das atividades no lixão, com abordagens voltadas para o atendimento de necessidades sociais de vulnerabilidade e de segurança alimentar”, como indica o “Plano de Intervenção no Lixão do Jóquei”.

Ou seja, para haver a desativação do Lixão da Estrutural, era necessário que o Aterro Oeste ou o Aterro de Samambaia estivesse liberado para receber os resíduos.

Durante esse período, o governo manteve o Lixão da Estrutural ativo, porém, com as mudanças emergenciais compostas no Relatório de crise (2014) e no Plano de Intervenção no Lixão do Jóquei (2015). Isso porque não havia outro local disponível para receber os resíduos nem alocação dos catadores pelos centros de triagem, justo porque muitos estiveram em fase de implantação e testes.

Na entrevista realizada com o Diretor de Operações Técnicas (DITEC) do SLU (Serviço de Limpeza Urbana), ele afirma que:

“Pra resolver a questão deles (catadores) que não é simples, a gente está resolvendo construindo galpões adequados, contratando as cooperativas de catadores para trabalhar. A gente está contratando as cooperativas e ao contratar, a cooperativa tem condições de pagar o INSS desses catadores. A pagar, ele tem todo o amparo ao trabalhador que a legislação trabalhista prevê. E se dá condições dignas de trabalho.”

² Carrefa é a área interna ao Lixão do Jóquei onde havia à disposição final de resíduos de alimentos vencidos de supermercados e shoppings (praças de alimentação) sem a descaracterização prevista em lei federal. Este procedimento foi proibido em 27 de maio de 2015. Fonte: Plano de Intervenção no Lixão do Jóquei, 2015.

Em entrevista realizada com a gerência de Gestão Ambiental do SLU (Serviço de Limpeza Urbana), confirma que:

“Com a determinação do Governador (Rodrigo Rollemberg) em encerrar das atividades irregulares do Lixão da Estrutural até outubro deste ano de 2017, foi assumido o compromisso de disponibilizar espaços dignos para catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis que atuam no Lixão. Enquanto as obras dos CTR (Centros de Triagem de Resíduos) não estiverem concluídas, para que não haja interrupção do trabalho dos catadores durante esse período de transição, serão alugados galpões nos quais as cooperativas e associações de catadores terão possibilidade de continuar a trabalhar e, adicionalmente, poderão ser capacitadas.”

No período que sucedeu o Plano de Intervenção no Aterro do Jóquei, as ações previstas no Plano foram sendo cumpridas conforme cronograma:

- a) Erradicação da presença de crianças e adolescentes no trabalho infantil: foi estipulado o prazo de 1/06/2015 a 30/12/2017 para que as ações de controle de acesso de crianças e adolescentes ao Lixão fosse restringido, assim como erradicação do trabalho infantil, redes de proteção e promoção de direitos para a inclusão em atividades multidisciplinares educativos, estabelecimento de atividades complementares ao escolar, fortalecimento de equipes de saúde da família, facilitação ao ingresso das crianças e adolescentes ao centro olímpico e suas atividades. Melhoramento da estrutura das escolas da cidade Estrutural, priorização das vagas na Fábrica Social para menor aprendiz, bolsas do Programa Mais Jovem Candango³, centros de convivência. O período estipulado teve esse prazo como meta para as ações fossem iniciadas e implementadas, e assim, seu período de vigência se dá por período permanente.
- b) Moradores do Lixão: de 1/6/2015 a 30/12/2017 foi o prazo estabelecido para que os moradores fossem identificados e acompanhados pelos órgãos para encaminhamento à programas sociais.
- c) Acesso a programas e benefícios sociais: de 30/7/2015 a 30/3/2016 foi esperado que houvesse a identificação dos catadores, para que fossem incluídos no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais).
- d) Impacto Direto na Renda e Segurança Alimentar: pagamento de benefício vulnerabilidade temporária aos catadores do lixão para o período de

transição lixão/centros de triagem – período de até 6 meses, isso porque entre o período de fechamento do Lixão e o início dos centros de triagem a renda seria seriamente afetada. Fornecimento de cesta básica emergencial para os catadores que se encontrarem em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar.

- e) Priorização de vagas na Fábrica Social para os catadores. Prazo até 30/12/2017.

Outras ações realizadas pelo governo Rollemberg versaram sobre a estruturação de uma Fábrica Social e a promulgação de uma legislação específica sobre compensação financeira aos catadores. O Programa Fábrica Social consiste em um Centro de Educação Profissional, com cursos técnicos de capacitação profissional realizados em parceria com Sistema S SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria) e SESCOOP/DF (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Distrito Federal). Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (SINDUSCON DF, 2016) a Fábrica Social surgiu no governo de Agnelo Queiroz, em 2012, iniciando suas atividades em 2013 com o propósito de “atender a população inscrita no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) e no Programa DF Sem Miséria, que atendem a famílias de baixa renda. O objetivo é promover a inclusão social e a capacitação profissional, principalmente de moradores da Cidade Estrutural, Ceilândia, Samambaia e outras regiões de baixo poder aquisitivo”.

Com relação ao programa de compensação financeira temporária, sancionado pelo Lei nº 1.459/17, que criou o programa de compensação financeira temporária aos catadores de materiais recicláveis que atuam no Lixão da Estrutural no valor de R\$ 360,75 pelo período de até 6 meses.

Em entrevista realizada com o diretor de fomentos e parcerias da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, confirma que o órgão trabalha na questão dos benefícios e inclusão dos catadores:

“As ações são coordenadas para as políticas criadas de tratamento humanizado não apenas para os catadores do Lixão mas também para os catadores da cidade. A gente trabalha com os catadores como usuários da assistência, fazendo o fomento da compensação financeira desde o

fechamento do Lixão, assim como a inclusão deles no programa social Pro catador”.

Com o fechamento do Lixão da Estrutural ocorrido em 20 de janeiro de 2018, encerraram-se as atividades exercidas pelos catadores dentro do Lixão, assim direcionando-os para as alternativas dos Centros de Triagem (CT’S) conforme ação pré-estabelecida. Porém, não há aprovação por todos os catadores, e uma grande parte deles está insatisfeita com o novo modelo de trabalho. São muitas as críticas à atual forma de atuação perante os catadores.

Temos exemplos como o relato do ex-secretário de Meio Ambiente André Lima em sua página de rede social, que indica que a atual gestão de resíduos trabalhou na atual política de forma apenas “ambiental” e não “socioambiental”, e está frustrado diante a situação que os catadores ficaram após o fechamento do Lixão. Conforme ele indica, o governo “assinou contratos com algumas cooperativas que atendem economicamente uma minoria dos cooperados”, assim como “a vida útil do Aterro está sendo previsível e significativamente reduzida para a alegria de investidores em novos aterros privados no entorno e sangria do tesouro do DF e do bolso dos contribuintes”, isso em resposta à reportagem do Correio Braziliense de fevereiro de 2018 que indica que catadores do Lixão estão indo para as Rua atrás de recicláveis, porque “a falta de recolhimento correto dos resíduos produzidos no DF e a distribuição nos galpões de reciclagem fazem com que catadores voltem às Rua”. A reportagem ainda aponta que a adesão de catadores cadastrados para o trabalho nos galpões tem sido baixa, pois o valor que eles conseguiam retirando recicláveis no Lixão era muito superior ao valor que conseguem nos centros de triagem.

Ainda, antes mesmo do fechamento do Lixão houveram muitos protestos de catadores e cooperativas diante o governo do Distrito Federal. As reclamações são muitas. Em diversas reportagens, segue em exemplo a reportagem do Correio Braziliense de 02/10/2017, que traz catadores em protesto diante o governador Rodrigo Rollemberg, com as mais diversas críticas tais como inadequação da infraestrutura de galpões, valor abaixo das compensações financeiras. Em outra reportagem de Kleber Karpov de 24/10/2017, mostra o encontro entre representantes do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável para a discussão sobre a situação dos catadores do Lixão da Estrutural e as suas

dificuldades diante o fechamento do Lixão. No Distrito Federal não há o efetivo funcionamento da separação de recicláveis, assim, a quantidade de resíduos entregue aos centros de triagem é baixa, dificultando o valor a ser recebido pelos catadores.

A grande dificuldade percebida na implementação desta política em relação aos catadores se justifica pela falta da integração da política à sociedade em termos de aplicação da educação ambiental. Isso porque aos poucos o governo está implantando o modelo de coleta seletiva nas regiões administrativas no Distrito Federal, através do contrato de cooperativas. Como a coleta seletiva ainda não é efetiva e sua atuação segue em fase de implementação, ainda há a dificuldade dos centros de triagem receberem volume adequado de resíduos para que os valores a serem recebidos pela venda se torne justificável a troca do ambiente do Lixão pelos Galpões do SLU (Serviço de Limpeza Urbano).

Conforme entrevista com o diretor técnico do SLU (Serviço de Limpeza Urbana), ele pontua sobre a dificuldade da coleta de lixo devido à falta de educação ambiental:

“É muito fraca a educação ambiental em Brasília Deveria ser uma política da secretaria de educação, para a educação formal e a não formal. A educação ambiental tinha que entrar de forma pesada nisso. Mas todo mundo acha que educação ambiental no Brasil é firula, frescura. Sobre o lixo, eu não vejo como solucionar os problemas sem a educação ambiental.

Pode-se perceber que o modelo compreendido na análise da implementação da política no quesito catadores se relaciona com o modelo Top Down. De acordo com Secchi (2013), esse modelo é “caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o da implementação, em fases consecutivas”. Isso é claro ao analisar que as ações foram tomadas pelos órgãos após o delinear da política pelo governo do Distrito Federal. A situação dos catadores seguiu a proposta que o governo direcionou, uma vez que os órgãos participantes do GT (Grupo de Trabalho) alçaram ações mediante prazos estabelecidos e diretrizes governamentais.

Em relação a participação, no governo de Rodrigo Rollemberg, catadores e cooperativas participaram de rodas de diálogos (conforme foi previsto no Plano de Intervenção do Lixão e Plano de Transição) e fóruns (Fórum Lixo e Cidadania) que ocorreram no ano de 2016 na Administração Regional da Estrutural. Principalmente

nos fóruns, houve o envolvimento de representantes do GDF (diversos órgãos como o SLU – Serviço de Limpeza Urbana, SEDESTMIDH - Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humano, SEMA – Secretaria de Meio Ambiente) e representando os catadores, cooperativas e lideranças comunitárias.

Um dos pontos discutidos nos fóruns foi a inclusão de catadores e cooperativas dentro da discussão do Plano e sua participação nas ideias. Em páginas da internet se mostram as discussões dos fóruns ocorridos assim como parte de diálogos ocorridos com catadores da Estrutural.

O que não fica claro, entretanto, é o grau de participação das entidades (cooperativas) e mesmo de catadores independentes, na tomada de decisões dentro da política do Plano de Intervenção do Lixão. Isso porque não ficou evidente que os diálogos ocorridos resultaram em ações efetivas dentro da política de resíduos, pois há um alto grau de insatisfação por parte da categoria de trabalhadores diante os CT's (Centros de Triagem) devido às condições do ambiente (falta de equipamentos, excesso de pessoas) ou mesmo, o baixo auxílio financeiro disposto aos trabalhadores, que sofreram grandes perdas com o fechamento do Lixão. Há também a reclamação da categoria de que as reivindicações destes não são atendidas pelo governo, o que afirma o conflito entre discussões e decisões tomadas.

A participação dos catadores olhada a partir do seu grau de discussões poderia ser caracterizada conforme Nogueira (2004, pág. 142) como participação cidadã, pois é uma “participação que se dedica a compartilhar decisões governamentais, a garantir direitos, a interferir na elaboração orçamentária ou a fornecer sustentabilidade para certas diretrizes” ou ainda “expressa a intenção de determinados atores de interferir no processo político social, de modo a fazer valer seus valores e interesses particulares. Por outro lado, expressa o elemento cidadania no sentido cívico”. Porém, como se disse anteriormente, o grau de certeza de participação das cooperativas nos processos decisórios da política não é claro e transparente e por isso, a classificação da sua participação como “participação cidadã” teria apenas partes de suas características associadas a este termo.

Nesse sentido, embora com a mudança de governo (Agnelo para Rollemberg), de modelo de gestão governamental e de características da implementação, em especial, as que dialogam com os Lixão da Estrutural, o fato é

que houve continuidade na ausência de participação direta dos catadores na implementação de programas e políticas que os afetavam diretamente. Espaços de diálogos construídos ao longo dessas duas gestões serviram apenas para legitimar política e institucionalmente um modelo de gestão que observa nos usuários da política ou mesmo nos cidadãos atores coadjuvantes e com importância reduzida no processo decisório. O caso de Rollemberg, inclusive, demonstrou maior desprezo aos interesses e a inclusão social e ambiental da classe de catadores ao escolher por um modelo de implementação com características típicas top-down. É fato, entretanto, que a política foi implementada e deu-se início aos trabalhos em novos espaços mais modernos e adequados a legislação federal, mas isso aparenta ter ocorrido às custas da exclusão e da precarização das atividades dos catadores que historicamente são agentes excluídos do processo político.

A variável participação social e inclusão de atores parece ter sido materializada a partir do que Nogueira (2004) chama de engrenagem de reprodução da gestão pública tradicional, em que a participação não se dedica a produzir novas formas de tomada de decisão e de gerenciamento do bem público, mas a dar continuidade a um modelo de gestão burocrático, de planejamento tradicional com foco imediato em resultados de gestão. Nesse sentido, o governo Rollemberg perpetua a clássica gestão pública em que os resultados gerenciais e legais aparecem, mas com baixa aceitação do público afetado. De fato, o que se apresentou nessa gestão não foi a preocupação com a inclusão desses catadores em ambientes de trabalho mais dignos e com melhor remuneração. O Distrito Federal encerra as atividades do Lixão da Estrutural, mas fica marcado na história do Brasil pela brutalidade e pela falta de sensibilidade no trato com os catadores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar como ocorreram as ações político institucionais empregadas pelo governo do Distrito Federal para que o fechamento do “Lixão da Estrutural” fosse realizado e através deste ponto, explorar a implementação de políticas públicas a partir das características de centralização, descentralização e participação.

Assim, o trabalho foi realizado da seguinte forma: foi feita a análise comparativa de pontos considerados fundamentais para o fechamento do Lixão da Estrutural, que são os Planos de Intervenção Técnico Político dos resíduos sólidos na gestão do ex governador Agnelo Queiroz, Plano de Intervenção no Lixão da Estrutural na gestão do atual governador Rodrigo Rollemberg e as ações relativas aos catadores do Lixão realizados por ambos governos.

A partir de análise documental pôde-se verificar através dos resultados que na gestão dos governos analisados (de Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg) os Planos de Intervenção sugeridos foram políticas públicas que seguiram escopos semelhantes, propondo a remodelação do sistema de gerência dos resíduos sólidos no Distrito Federal, sendo que no governo de Agnelo Queiroz o Plano de Intervenção Técnico Político dos resíduos possui uma abrangência maior na questão do gerenciamento do lixo pelos órgãos. Ou seja, houve a descentralização do direcionamento de ações decorrentes do Plano aos órgãos envolvidos na atuação deste comparando-se ao modelo de implementação *Bottom Up*, onde os gestores puderam ter a autonomia de decisão, facultando aos órgãos a execução das ações da política. Já no Plano de Intervenção no Lixão da Estrutural do governo de Rodrigo Rollemberg, houve como no próprio nome do Plano a ênfase ao Lixão da Estrutural, direcionando as ações para o seu fechamento e encaminhamento dos resíduos para o Aterro Oeste. O foco deste plano foi o fechamento do Lixão e seus elementos necessários, sendo que seu modelo de implementação assemelha-se ao *Top Down*, ou seja, a tomada de decisão das ações foi realizada a partir das determinações que o governo propôs, sendo que os órgãos participantes do GT (Grupo de Trabalho) propunham a viabilização das ações, à medida que o governador esteve à frente, centralizando os meios de decisão para a política de fechamento do Lixão da Estrutural.

A questão sobre participação dentro da política no governo de Agnelo Queiroz foi percebida a partir da inclusão das cooperativas dentro do Plano de Intervenção Técnico Político no que diz respeito a contratação delas para o Programa de coleta seletiva, proposto pelo Plano, mas não necessariamente nas decisões nem formulação da política. O governo procurou estabelecer através de ações realizadas no ponto sobre os catadores que a participação seria a vinculação dos trabalhadores à direitos sociais tais como serviços de saúde, capacitação e formação, previdência social assim como a atuação destes dentro do processo de coleta seletiva nos serviços de triagem e inclusão deles nos projetos sociais visando a qualificação para a integração no que diz respeito ao novo modelo de processo sugerido à época. Mas a princípio, os catadores, cidadãos ou interessados não participaram de forma direta no processo de formulação da política pública.

Já no governo de Rodrigo Rollemberg, a dedução sobre participação se deu a partir de rodas de diálogos realizadas pelo Plano de Transição/Plano de Intervenção com os catadores e suas famílias, assim como fóruns ocorridos na administração da cidade Estrutural. Porém, o que não fica claro é em qual medida as discussões e debates, juntamente com as entidades (cooperativas), catadores independentes, população e interessados puderam interagir na tomada de decisões da política do Plano de Intervenção do Lixão, pois como já dito anteriormente, há um alto grau de insatisfação por parte da categoria diante o cenário que não atende às principais reivindicações.

Ou seja, dentro dos dois governos analisados a questão do fechamento do Lixão da Estrutural esteve em pauta, justamente pelo fato de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei no. 12.305/2010 trouxe para a pauta da agenda governamental, a necessidade e obrigação do fechamento dos lixões existentes, promovendo dentro da política no Distrito Federal a integração do assunto à formulação de uma política de gerenciamento dos resíduos sólidos junto ao fechamento do Lixão da Estrutural. Nos dois períodos, os governos seguiram escopos relativamente semelhantes quanto à questão sobre o fechamento do Lixão da Estrutural, tais como os Planos de Intervenção propostos por ambos governos e as ações sobre os catadores.

O que diferiu sobre os planos e sobre a política com os catadores, para a consecução do fechamento do Lixão, traz a reflexão sobre a forma de implementação da política referida, oferecendo um suporte para a análise sobre

como o processo de tomada de decisões dentro do processo de implementação pode gerar impactos sobre os resultados e o desenvolvimento das ações decorrentes do estabelecimento da política.

Além da análise documental, pôde-se contar dentro do trabalho com entrevistas semiestruturadas com profissionais que estavam envolvidos diretamente no objeto do estudo, o fechamento do Lixão da Estrutural. Com as entrevistas, ficou mais evidente como a forma de tomada de decisões dentro do processo da implementação da política aumentou a percepção sobre maior ou menor visibilidade da sua execução. Diante as entrevistas, ficou mais perceptível que apesar de as duas propostas dos diferentes governos, o Plano de Intervenção do governo de Rodrigo Rollemberg, ao qual foi percebido a semelhança das ações ao modelo *Top Down* na implementação, seguiu com a centralização das decisões sobre a política, promovendo aos órgãos requeridos para a execução apenas as decisões técnicas da aplicação. Conforme ainda as entrevistas, os atores confirmam que com a desagregação da questão política sobre a questão técnica (a qual foram designados) tornou mais fluida e executável as atividades realizadas. Pelas entrevistas, também ficou claro que a política executada no governo de Agnelo Queiroz pelo Plano de Intervenção Técnico Política se deu de forma descentralizada, havendo o desmembramento das decisões pelos órgãos participantes do CIRS (Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos), sendo ainda a forma de condução da política associada ao modelo *Botton Up*, onde os órgãos puderam ter a tomada de decisões sobre a forma de gerenciamento da política e seus atos.

É evidente porém, que o trabalho não expõe de forma mensurada o grau de execução da política, justamente por não ser o intuito. O trabalho é de caráter exploratório e propõe a investigação acerca do processo de implementação de políticas públicas no setor ambiental, de forma eloquente ao que diz sobre a gerência de resíduos sólidos. Essa importância se dá em momento oportuno onde a visibilidade do tema está presente na agenda dos governos locais para a concordância da aplicação das políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos. Isso se faz necessário devido à extensão do prazo para fechamento dos lixões, que anteriormente na Lei no. 12.305/2010 dispunha que o fechamento se daria até 4 anos após a data de publicação da Lei, e que segundo emenda no. 2.289 de 2015, foi proposto que esse prazo se estenderia entre prazos que variam entre julho de

2018 até julho de 2021 conforme as diferenças para estados e municípios. Com a extensão dos prazos, novamente afirma-se que a necessidade da análise sobre o processo de implementação de políticas de fechamento de lixões é fundamental para que a sistematização de políticas públicas do setor possam contar com a melhoria de processo, e ainda sim, contar com o seguimento e execução das atividades em meio à mudança de governos.

Ainda, os modelos usados no trabalho (*Top Down e Bottom Up*) assim como os conceitos de centralização, descentralização e participação servem para direcionamento do estudo com o objetivo de análise a partir do conjunto de ideias comumente usadas no campo de estudos de gestão de políticas públicas. Isso visa oferecer ao assunto possibilidades de análise do tema assim como proposta para futuras pesquisas do campo, onde é necessário o aprofundamento sobre o tema e sobre a aplicação de modelos na análise de políticas públicas.

O fechamento do Lixão da Estrutural pode sugerir respostas ou mesmo, mais indagações sobre os modelos de processos de implementação, propondo à novas pesquisas maior amplitude e profundidade ao tema. No governo de Agnelo Queiroz, houve a política de gerenciamento dos resíduos (Plano de Intervenção Técnico Político dos resíduos sólidos) e que possuiu em seu escopo o fechamento do Lixão. Porém, não houve a efetividade desse objetivo a tempo disponível de gestão. A descentralização do processo decisório e sua implementação a partir dos órgãos denominados podem ter contribuído para um maior tempo na execução das ações sobre a política, assim como demandado questões ao maior número de atores e desta forma, havendo um maior espaço crítico do processo de execução. Isso pode ter contribuído para o adiamento do fechamento do Lixão dentro os outros objetivos do Plano de Intervenção. Já no governo de Rodrigo Rollemberg, o fechamento do Lixão da Estrutural se concretizou em 20 de janeiro de 2018. Em termos de objetivo, o fechamento seguiu O Plano de Intervenção no Lixão da Estrutural conforme previsão feita durante o período de governo. A centralização das ações decisórias políticas pode ter contribuído para que a demanda de execução técnica fosse realizada. Isso porque o governo trouxe para sua responsabilidade o assunto, demandando aos demais órgãos questões de cunho procedimental. Isso pode também ter auxiliado em condições de tempo, havendo um menor espaço entre decisão e execução, possibilitando um menor espaço entre possíveis conflitos entre técnica e política havendo a maior objetividade sobre o assunto. E finalizando, a

questão sobre a participação nas duas gestões também necessita de um estudo ampliado, justo porque não ficou claro o nível da inserção social dos atores, como catadores, associações e interessados dentro do processo de construção da política e esse fato pode causar dentro do processo de análise uma lacuna para que a conclusão sobre o desfecho do objetivo e a sua finalização possa ou não ter causado algum tipo de influência.

Assim, a trajetória político-institucional que se apresentou no Distrito Federal para o fechamento do “Lixão da Estrutural” após a implementação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010) se dá através dos dois Planos de Intervenção (Plano de Intervenção Técnico Político dos resíduos sólidos/ Plano de Intervenção no Lixão da Estrutural) surgidos nos governos de Agnelo Queiroz e Rodrigo Rollemberg, respectivamente, que foram implementadas de maneiras distintas durante os períodos de gestão. Em cada Plano empreendido, a forma de implementação de suas ações seguiram escopos diferentes e suas ações deliberativas ocorreram distintamente, sugerindo a descentralização e características do modelo *Bottom Up* na gestão de Agnelo Queiroz e centralização e características do modelo *Top Down*, na gestão de Rodrigo Rollemberg.

O fechamento do Lixão ocorrido em janeiro deste ano, entretanto, não expõe um cenário isolado, onde seu fechamento por si só demonstra o sucesso da política pública. Ainda que no discurso político institucional o Lixão da Estrutural tenha sido fechado e sua política, considerada como encerrada (demonstrado através de entrevistas concedidas pelo governo ou propagandas), muitos assuntos ainda precisam de mais envolvimento e tempo para serem estudados, discutidos junto à sociedade e também, que tenham espaço na agenda política. As questões socioeconômicas que envolvem os catadores (assistência pública de seguridade social, garantias fundamentais de saúde, assim como os direitos do trabalho) e também a questão da educação ambiental, onde o processo de separação do lixo pela população também se torna um ponto fundamental no processo e tudo isso, faz parte da abrangência que a política possui. Outros pontos também são percebidos como o futuro do Aterro Oeste, que hoje recebe os resíduos do Lixão da Estrutural, os impactos sobre a população da Samambaia onde fica o Aterro Oeste, remediação ou o restauro da área onde é o Lixão da Estrutural igualmente fazem parte de rol de assuntos que não foram totalmente tratados, necessitando de novas políticas ou programas, pois, apesar de se dar por encerrado o assunto do Lixão da Estrutural,

este ponto carrega consigo a reponsabilidade sobre um grande problema que Brasília ainda possui e que muito precisa de cuidados sociais e políticos: como enxergar o lixo como agente socioeconômico?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Valter Pedrosa de. **Resíduos sólidos urbanos: o problema e a solução**. Brasília: Roteiro, 1996.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; VILLA, Tereza Cristina Scatena. **O Controle Social e a Democratização da informação**: um processo em construção. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16549> Acesso em 05 de abril de 2018.

BRASIL. Decisão n.º 13/85 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal. **Criação de duas áreas, sendo uma para Destinação Sanitária do Lixo de Brasília e a outra destinada ao Tratamento de Esgotos Sanitários para a Região Administrativa de Taguatinga - RA III**. Disponível em: <http://www2.terracap.df.gov.br/internet/arquivos/0071707478.pdf> Acesso em outubro de 2017.

CAMPOS, Heliana Kátia Tavares. **Brasília eu te amo!** Disponível em: <http://www.lixo.com.br/content/view/201/146/> Acesso em 02 de abril de 2018.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wpcontent/uploads/2014/03/A-Participacao-Social-como-processo-de-consolidacao-dademocracia-no-Brasil.pdf> Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. Título: **Plano Diretor de Limpeza Urbana do Distrito Federal**. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=REPIDISCA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=163232&indexSearch=ID> Acesso em março 2017

CONTANDRIOPOULOS, A.-P.; CHAMPAGNE, F.; POTVIN, L.; DENIS, J.-L. BOYLE, P. **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo: Hucitec - Abrasco, 1994.

COSTA, Edmilson Rodrigues da. **Uma visão comentada sobre a lei da PNRS**. Disponível em: <http://www.revistapetrus.com.br/uma-visao-comentada-sobre-a-lei-da-pnrs/> Acesso em janeiro de 2018.

COTTA, M. M. R, et al. **Participação, Controle Social e Exercício da Cidadania**: a (des)informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n2/v19n2a10.pdf> Acesso em 05 de abril de 2018.

CRISTALDO, HELOÍSA. **Lixão de Brasília é fechado e catadores criticam transferência para galpões.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/lixao-de-brasilia-e-fechado-catadores-criticam-transferencia-para-galpoes> Acesso em 26 de abril de 2018.

CUNHA, Sheila Santos. **O controle social e seus instrumentos.** Disponível em: <http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arg493428c8bc3db.pdf> Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação:** os dilemas da confluência perversa. Outubro de 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/1732> Acesso em 29 de março de 2018.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** Paz e Terra, 2002.

DENHARDT, Robert. **Teorias da Administração Pública.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DINIZ, Salvador Nogueira. **Aspectos Gerais da Administração Indireta.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/ice5/digitalizadas/Contas%20de%20Governo%201970.pdf>

DUBOIS, Anaelia Meireles; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. **Coleta seletiva: análise da experiência do Distrito Federal.** Brasília, 1999.

EIGENHEER, Emílio. **A História do Lixo: A Limpeza Urbana Através dos Tempos.** Maciel. 2009.

FADUL, Lucas; BERTONI, Gabriella; FORTUNA, Deborah; MARIZ, Ketherine. **Lixão, um problema de todos nós: O maior lixão da América Latina.** Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/lixao-um-problema-de-todos-nos> Acesso em 24 de outubro de 2017.

FERRARI, Beatriz. **Governador recebe catadores do DF para café da manhã.** Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2013/09/20/governador-recebe-catadores-do-df-para-cafe-da-manha/> Acesso m 27 de março de 2018.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; MEDEIROS, Janann Joslin. **Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas, 2016.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n3/1679-3951-cebape-14-03-00776.pdf> Acesso em 29 de março de 2018.

FIORAVANTE, Alexandre Sette Abrantes; EMMENDOERFER Magnus Luiz. **Descentralização e participação social: análise do planejamento da política pública de cultura no estado de Minas Gerais** <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/eventos-1/4o-congresso-internacional/eixo-4/420-4-27-format-descentralizacao-e-participacao-social-analise-do-planejamento-da-politica/file> Acesso em 05/04/2018

FREITAS, ISABEL. **Participação popular no governo**. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2012/03/11/participacao-popular-no-governo/>. Acesso em 05 de abril de 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Introdução. In: **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Anima Educação EAD, 2014.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política. Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/default.shtm> Acesso em setembro de 2017.

ISWA. **Relatório ISWA 2016**. Disponível em: https://www.iswa.org/fileadmin/galleries/About%20ISWA/PressRoadmaps_ISWA.pdf Acesso em 27 de abril de 2018.

KOIDE, Sérgio; BERNARDES, Ricardo Silveira. **Contaminação do lençol freático sob a área do Aterro do Jockey Club**. Distrito Federal. Disponível em: [file:///C:/Users/home/Downloads/22251-80292-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/home/Downloads/22251-80292-1-PB%20(4).pdf)

MACHADO, Livia Carolina. **Catadores de materiais recicláveis do DF recebem melhorias**. Disponível em: <http://cdt.unb.br/noticias/index/detalhanoticia/filtro/949/?menu-principal=noticias&menu-action=noticias> Acesso em 04 de abril de 2018.

MERCANTE, Marina. **GDF intensifica política para catadores**. Disponível em: <http://www.cidades.df.gov.br/gdf-intensifica-politica-para-catadores-de-materiais-reciclaveis/> Acesso em 05 de abril de 2018.

MERRIAM, S. (1988). **Case study research in education: A qualitative approach**. San Francisco.

MILANEZ, Bryno; MASSUKADO Luciana Miyoko. **Caderno de Diagnóstico Resíduos Sólidos Urbanos**, 2011. Disponível em: http://www.cnrh.gov.br/projetos/pnrs/documentos/cadernos/01_CADDIAG_Res_Sol_Urbanos.pdf Acesso em 22 de março de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Projeto Fábrica Social é um dos legados sociais da Copa para Brasília**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/03/projeto-fabrica-social-e-um-dos-legados-sociais-da-copa-para-brasilia> Acesso em 25 de abril de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Gestão de Resíduos Sólidos – Manual de Orientação. Apoiando a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Do Nacional ao local. 2012**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/manual_de_residuos_solidos30_03_182.pdf Acesso em agosto de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS: Instrumento de Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública**. Brasília, 2014.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **Modelo “Top Down”**: uma reflexão sobre a implementação de políticas públicas e a participação dos gestores governamentais. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/3253/2304> Acesso em 29 de março de 2018.

MOREIRA, Maria Suely. **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental**. Modelo ISO 14000. Belo Horizonte: Editora DG, 2001.

MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA. **Fórum Lixo & Cidadania realiza sua quarta reunião na Estrutural com grande participação de catadores/as**. Disponível em: <http://movimentonossabrasilia.org.br/forum-lixo-cidadania-realiza-sua-quarta-reuniao-na-estrutural-com-grande-participacao-de-catadoresas/> Acesso em 26 de abril de 2018.

NEVES, Ângela Vieira. **Espaços públicos e Serviço Social: um desafio ao projeto ético-político.** Disponível em: <file:///C:/Users/home/Downloads/336-3341-1-PB.pdf> Acesso em 05 de abril de 2018.

NEVES, Ângela Vieira. **Espaços Públicos e Serviço Social: um desafio ao projeto ético político.** In: Sociedade em Debate, Pelotas, 16(1): 45-58, jan.-jun./2010.

NEVES, Graziela Maria Fernandes das; MAIA, Aline Almeida; REIS, Paulo Celso dos. **A experiência de gestão do Programa de desativação do Aterro do Jockey no Distrito Federal.** Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-14_02.pdf Acesso em 22 de março de 2018

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil.** Cortez Editora, 2004.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro, FAGUNDES, Helenara Silveira. **Implementação de Políticas Públicas: Uma questão em debate.** Seminário Nacional de Serviço Social, 2015.

O'CONNOR, J. e MCDERMOTT, I. **Introducción al pensamiento sistémico.** Barcelona: EDICIONES URANO, 1998.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <http://files.anexositecp.webnode.pt/200000082-88343892ea/PATEMAN,%20C.%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Teoria%20Democr%C3%A1tica.pdf> Acesso em 29 de março de 2018.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000300011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 07 de abril de 2018.

PHILIPPI JR, Arlindo. **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.** Barueri-SP: Manole, 2012.

PORTAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. **SNVS – O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil.** Disponível em: <https://portalresiduossolidos.com/snvs-o-sistema-nacional-de-vigilancia-sanitaria-brasil/> Acesso em agosto de 2017.

R7 NOTÍCIAS. **Agnelo Queiroz assume o governo do DF com a tarefa de reformar a saúde pública e lutar contra a corrupção.** Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/agnelo-queiroz-assume-o-governo-do-df-com-a-tarefa-de-reformar-a-saude-publica-e-lutar-contr-a-corrupcao-20110101.html> Acesso em 05 de abril de 2018.

RAFAEL, Pedro. **A privatização bilionária de Agnelo no DF**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/11044/> Acesso em 27 de março de 2018.

ROCHA, Roberto **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. Disponível em: http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114 Acesso em 04 de abril de 2018

ROLIM, Manuela. **Bolsa para catadores do lixão da Estrutural é considerada muito baixa**. Disponível em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/bolsa-para-catadores-do-lixao-da-estrutural-e-considerada-muito-baixa/> Acesso em 04 de abril de 2018.

ROSÁRIO, Miguel do. **A denúncia de o Globo contra Agnelo Queiroz**. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2012/06/10/a-denuncia-de-o-globo-contra-agnelo-queiroz/> Acesso em 27 de março de 2018.

RUA, Maria das Graças. **Para aprender políticas públicas: Conceitos e Teorias**. Volume 1: IGEPP, 2013.

SANTOS, Aline Oliveira dos; BRIT, Janaína Moreira; PICOLI, Rosângela Laura. **Implantação de áreas verdes urbanas: Uma Revisão teórica sobre os impactos positivos em áreas regularizáveis**. Faculdade ICESP/Promove de Brasília. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VI-064.pdf> Acesso em 29 de março de 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO. **BRÁSILIA SEM MISÉRIA**. Governador anuncia plano de erradicação <http://www.segeth.df.gov.br/brasil-sem-miseria-governador-anuncia-plano-de-erradicacao/> Acesso em 21 de março de 2018.

SECRIANÇA. **Adolescentes do Lixão da Estrutural no Jovem Candango**. Disponível em: <http://www.crianca.df.gov.br/adolescentes-do-lixao-da-estrutural-no-jovem-candango/> Acesso em 28 de março de 2018.

SEDESTMIDH. **Fábrica Social entrega 786 cartões a beneficiários**. Disponível em: <http://www.mulher.df.gov.br/fabrica-social-entrega-786-cartoes-a-beneficiarios/> Acesso em 06 de abril de 2018.

SERENCO. **Plano Distrital de Saneamento Básico e de Gestão integrada de resíduos sólidos Tomo II Produto 2 Março 2017**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzsbQOa8qlrCaGo0Q1Q3bkRUT1k/view> Acesso em outubro de 2017.

SINIR. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657
Acesso em agosto de 2017.

SOBRAL, Gilberto; ALMEIDA, Roberto de Faria (Coord.); COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. DISTRITO FEDERAL (BRASIL) Secretaria do Governo. **I Plano Diretor de Limpeza Urbana do Distrito Federal.** Brasília: Codeplan, 1972.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Projeto Fênix - Reciclando o futuro com Cidadania.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/justica-comunitaria/arquivos/2013Fenix.pdf>
Acesso em 29 de abril de 2018.

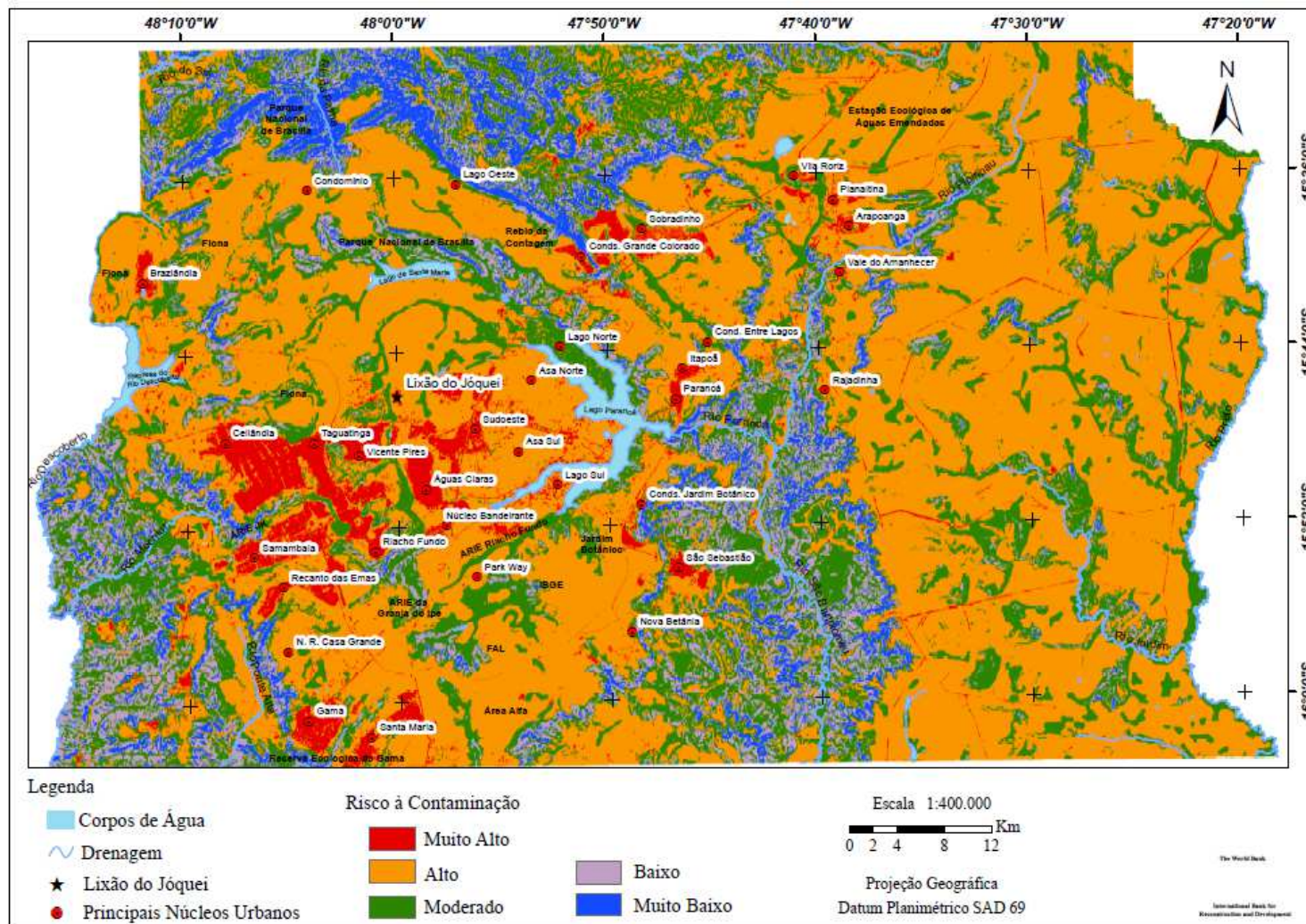
VIDIGAL, Lucas. **Coleta seletiva de lixo começa em oito regiões administrativas do DF.** Disponível em: - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/26/interna_cidade_sdf,662260/coleta-seletiva-de-lixo-comeca-em-oito-regioes-administrativas-do-df.shtml Acesso em 26 de abril de 2018.

VIEIRA, Valter Afonso. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing.** Curitiba: Revista da FAE, 2002.

WILSON, Woodrow. **O Estudo da Administração.** Revista do Serviço Público, Ano 9, v. 2, n. 2, 1946. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/236/241> Acesso em 20 de junho de 2018.

ANEXOS

Anexo 1 — Mapa de risco de contaminação



Fonte: ADASA

Anexo 2 — Plano de Intervenção

PLANO DE INTERVENÇÃO – AÇÕES NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

	AÇÕES	PRAZO
Marco Legal	Envio do P.L. de RCCD para a CLDF	Dezembro de 2011
	Envio do P.L. do Consórcio da RIDE para a CLDF	Janeiro de 2012
	Publicação do Decreto de RSS	Dezembro de 2011
	Publicação da Portaria da SES sobre RSS na rede pública	Dezembro de 2011
	Organização de ação Fiscal Integrada	Março de 2012
Infraestrutura	Início das obras de preparação do Aterro Oeste	Dezembro de 2011
	Entrega do Projeto Executivo do Aterro Oeste	Janeiro de 2012
	Licitação das Obras de implantação do Aterro Oeste	Fevereiro de 2012
	Seleção dos Centros de Triagem e Cooperativas que participam da Coleta Seletiva	Janeiro de 2012
	Concessão das Áreas Privadas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de RCCD	Abril de 2012
Instrução de processo de concurso público no SLU para nível superior.	Junho de 2012	

(continua)

(continuação)

Redução da Informalidade no setor	Elaboração do Diagnóstico dos catadores no DF	Janeiro de 2012
	Plano de fomento às cooperativas para a fase de transição (Lixão para os CT's de RS)	Abril de 2012
	Definição dos instrumentos para o pagamento por serviços ambientais urbanos	Abril de 2012
Práticas da política dos 3R	Efetivação do Projeto Piloto da Coleta Seletiva	Novembro de 2011
	Efetivação do Plano de Capacitação e Educação Ambiental para Coleta Seletiva	Abril de 2012
	Efetivação do Plano de Capacitação para gestão adequada dos RCCD	Abril de 2012
Marco Legal	Revisão do PDRS (adequação à PNSB e PNRS)	Outubro de 2012
	Normatização da gestão de resíduos perigosos	Outubro de 2012
Infraestrutura	Instalação e operação dos Ecopontos para RCD	Julho de 2012
	Instalação e operação dos Centros de Triagem para RSU	Julho de 2012
	Instalação e operação dos Pontos de Entrega Voluntária de RSU	Dezembro de 2012
	Contratação da Reforma das Usinas de Tratamento de RSU da L4 sul/Plano Piloto e PSul/Ceilândia	Dezembro de 2012
	Instalação e operação das ATTR's Privadas	Julho de 2012
	Encerramento da operação de aterramento na Estrutural	Agosto de 2012
	Contratação da Remediação/ Recuperação/ Mineração do Aterro da Estrutural	Dezembro de 2012
Regulação, fiscalização e monitoramento	Efetivação das atividades de regulação e de monitoramento da gestão de RS	Dezembro de 2012
Práticas da política dos 3R	Efetivação dos instrumentos de indução e fomento necessários para a instalação de indústrias de reciclagem no DF	Julho de 2012
	Implantação da Coleta Seletiva em todo o DF	Julho de 2012
Infraestrutura	Contratação da construção e operação do Aterro Norte	Julho de 2014
	Contratação da construção e operação das novas Usinas de Tratamento	Julho de 2014
	Efetivação do Pólo de Reciclagem	Fevereiro de 2014
Regulação, fiscalização e monitoramento	Revisão da sistemática de cobrança pela prestação dos serviços de manejo de RSU	Julho de 2015
Práticas da política dos 3R	Avaliação e Aperfeiçoamento da Coleta Seletiva no DF	Julho de 2014

Fonte: Diário Oficial da União, pág. 19 No.246, 26 de dezembro de 2011